



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil", "Companhia" ou "Vivo") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais consolidadas da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, e os pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Controle, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

1. Mensagem da Administração

Nos últimos dois anos aceleramos o processo de transformação digital da Vivo. Não tenho dúvida de que estamos colaborando intensamente para a inserção do Brasil no mundo digital. Encerramos 2018 com 3,1 mil cidades cobertas com a tecnologia 4G, além de mil cidades com a tecnologia 4,5G que permite transmissão de dados com velocidades ainda maiores. Mais de 88% da população brasileira já tem acesso às redes 4G da Vivo. Na fina expansão sempre com a mesma velocidade e levamos nossa rede de fibra para 30 novas cidades. De longe a maior expansão de fibra feita na América Latina. Terminamos o ano com mais de 19 milhões de residências brasileiras aptas a usar a fibra da Vivo, dessas 9 milhões com a mais moderna tecnologia FTTH. Mesmo em um ano marcado por incertezas, apresentamos um resultado financeiro consistente aos nossos acionistas, parceiros e colaboradores. Passamos a um patamar superior de rentabilidade, atingindo margem EBITDA recorrente de 35,8% no ano, ao mesmo tempo em que consolidamos 3 anos consecutivos de redução de custos. Nossas receitas também cresceram, e fomos capazes de acelerar ainda mais nossa geração de lucro e caixa, possibilitando uma declaração de proventos relativos aos resultados de 2018 em nível recorde para nossos acionistas. Todas essas conquistas foram possíveis, em grande parte, graças a um robusto processo de digitalização, que permeou todas as áreas da Companhia, e um foco incessante na qualidade de nossos serviços. Em 2019 manteremos esta estratégia, agora guiados pelo #RECONECTA - novo programa da Companhia com foco em crescimento e que fortalecerá nossas operações nos próximos anos. Uma maneira nova de retratar o que já fazemos, e que acreditamos ser o futuro da Telefônica Brasil. O #RECONECTA traz uma fórmula que busca o crescimento, por meio de reforçar a relevância que uma empresa tem no mercado e junto a seus clientes; uma empresa que cresce em receitas e que traz retorno, sem deixar de ser responsável socialmente. Tudo isso por meio da motivação de nossos colaboradores. Passo então a descrever brevemente nossa atuação em cada uma destas dimensões.

i) RELEVÂNCIA - Estamos convencidos de que a conectividade é o oxigênio do mundo digital. Para continuar a prover aos nossos clientes as melhores opções de conexão vamos investir R\$ 26,5 bilhões entre 2018 e 2020, conforme anunciamos durante nosso Investor Day em março de 2018, momento em que celebramos 20 anos de listagem na Bolsa de Nova York. Este valor estará concentrado em aumentar nossa diferenciação expandindo de forma única nossa infraestrutura em fibra e 4G. De fato, do valor anunciado, cerca de R\$ 7 bilhões são incluídos para a expansão da rede de fibra. Somente em 2018 adicionamos 2 milhões de lares que passam a estar aptos a receber nossos serviços de fibra. Temos, ao final de 2018, cerca de 9 milhões de residências aptas e, até o final de 2020, serão 15 milhões.

Evoluímos, ainda, na oferta de um atendimento diferenciado e digital a nossos clientes. Investimos em Inteligência Artificial e Cognitiva, e lançamos a Aura, que trouxe uma nova experiência para os usuários, ajudando-os a gerenciar sua vida digital em tempo real, transformando dados em informação customizada para cada cliente.

Além da experiência digital no atendimento, procuramos encantar nossos clientes com as novas lojas da Vivo, com um ambiente conectado, flexível, tecnológico, e com atmosfera colaborativa e integrada. Ao longo deste ano, esse conceito de loja deverá ser replicado nas regiões Norte e Nordeste.

A proximidade com os nossos consumidores também foi refletida em nossas campanhas. Propusemos que as pessoas vivissem menos do mesmo, e que repensassem 2018 com menos preconceito e mais empatia. Lançamos o movimento #NÃOINSTITUIRUM #TêmhoraPraTudo, com ele, convidamos as pessoas a refletir, sem julgamentos, sobre o melhor uso da tecnologia. Cada conexão, seja tecnológica ou não, tem a sua hora e deve ser vivida por inteiro.

ii) RECEITA - Além da manutenção de nosso foco no crescimento de nossa base de clientes e monetização de nossos serviços de conexão de dados, continuamos com a nossa estratégia de enriquecer a nossa oferta com conteúdos digitais. Fechamos, para o segmento residencial, parcerias com importantes players globais de conteúdo, como NBA, NFL, TIDAL, Amazon Prime Video, Netflix, dentre outros, impulsionando nossa receita e nos tornando mais relevantes junto aos nossos consumidores. No segmento de empresas remodelamos o portfólio de oferta de forma a aumentar o valor agregado dos produtos de voz e dados e avançamos na estratégia de atuação em serviços digitais. Queremos ajudar nossos clientes empresariais a transformarem seus negócios. Em parceria com a Ericsson, Raizen e BaskiTeq, vamos promover as tecnologias que colocará o Brasil no topo da Internet das Coisas (IoT), impulsionando o ecossistema de inovação aberta. Em 2019 seguiremos com mais automação e maior agilidade no mercado corporativo.

iii) RETORNO - As iniciativas de digitalização e simplificação foram essenciais para elevarmos nossa rentabilidade e geração de caixa e produziram uma economia de R\$ 400 milhões em custos digitais/mais no ano. Nossa margem EBITDA também segue em constante evolução. Nos últimos três anos crescemos mais de 5 pontos percentuais nossa margem recorrente, alcançando 35,8% em 2018. O resultado é reflexo da estratégia da Companhia de focar em negócios de maior valor, como planos pós-pagos, expansão da rede de fibra, lançamento de novos serviços para os públicos residencial e corporativo, e forte disciplina financeira. Seguiremos buscando o aumento de margem da Companhia, além de otimizar nossos investimentos para projetos de alto retorno como as novas cidades com FTTH e investimentos em cobertura e capacidade em 4G e 4,5G, enquanto reduzimos investimentos em tecnologias obsoletas.

iv) RESPONSABILIDADE - Estamos comprometidos com a sustentabilidade do nosso negócio. Nossa visão de futuro é a de criar-valor para o nosso ecossistema enquanto empresa responsável. Somos líderes em alguns indicadores do RepTrack - ranking global que mede a reputação das maiores companhias do mundo. No quesito ambiental, fomos a primeira operadora a utilizar 100% de fontes de energia renovável, auxiliando diretamente na redução de 64% na emissão de carbono. Mantivemos, mais uma vez, a participação na Carteira do ISE 2019 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3.

Avançamos também com a Fundação Telefônica Vivo em projetos de educação, voluntariado - que em 2018 bateu o recorde de participação com mais de sete mil colaboradores, e 75 mil pessoas contempladas de 45 cidades -, e empreendedorismo, por meio do conceito de inovação educacional. Beneficiamos cerca de 1,7 milhão de pessoas no ano passado, com investimentos de R\$ 60 milhões. Para 2019, ano do 20º aniversário da Fundação, temos a expectativa de chegar a R\$ 75 milhões.

Neste ano avançamos muito em Diversidade. Estamos trabalhando para que toda pluralidade brasileira seja representada em nossa organização e em nossa competitividade, uma empresa diversa. Por fim, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital.

Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para manter o crescimento de nossas vendas e a sustentabilidade do nosso negócio. No cenário fiscal, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital. Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela Great Place to Work e divulgado anualmente pela IT Midia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

O TAC envolvia muitas que chegavam a cerca de R\$ 3 bilhões, em valores não corrigidos. No entanto, aproximadamente R\$ 400 milhões foram retirados desse montante para evitar a prescrição. Em virtude do desequilíbrio causado pela exclusão dos processos julgados pela Anatel e da inviabilidade de se comprometer os investimentos por mais tempo, à espera de uma aprovação final do acordo, a Telefônica informou a referida Agência que reavaliaria as condições do TAC.

Em 25 de abril de 2018, o Conselho Diretor da Anatel decidiu arquivar o processo que estabelecia o TAC da Telefônica. A medida atendeu à recomendação da área técnica da Agência. Com essa decisão, a Companhia fica impedida de negociar acordos semelhantes que envolvam o mesmo conjunto de infrações.

Os valores de multa voltaram a ser cobrados pela Anatel, mas a Telefônica Brasil poderá recorrer à Justiça por questões que compelem a Anatel a rever suas decisões.

Novo Marco Regulatório das Telecomunicações
O Projeto de Lei Complementar - PLC 79/2016, que trata do Marco Regulatório das Telecomunicações, foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal em 7 de novembro de 2018. A referida Comissão também aprovou requerimento de urgência para a matéria, que seguiu para o Plenário.

Em 16 de novembro foram oferecidas 16 emendas. Em 21 de dezembro o presidente do Senado reencaminhou o projeto para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para exame deste conjunto de emendas. Com isso, a volta da tramitação ocorrerá apenas a partir de fevereiro de 2019, com o início da nova legislação.

Revisão do Contrato de Concessão e PGMU (Plano Geral de Metas para a Universalização)
O decreto do PGMU para o período 2016-2020 foi publicado em 21 de dezembro de 2018. Esta versão do PGMU altera o conceito de nível de cobertura de telefones públicos e ampliação do prazo para instalação das linhas fixas: Parte dos recursos deverá ser aplicado em redes sem fio para prestação do STFC, com suporte à banda larga por meio de tecnologia de quarta geração (4G) ou superior, obrigação essa que pode ensejar questionamentos.

Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e normas associadas
A Anatel aprovou o novo Regulamento de Interconexão - Resolução nº 693/2018, em 12 de julho de 2018, que determina a simplificação das modalidades de interconexão de voz existentes com o fim das categorias estabelecidas na resolução anterior e a introdução de regras para a interconexão de dados. Na interconexão de dados, a Agência exigiu que todas as empresas concessionárias ou detentoras de Poder de Mercado Significativo (PMS) ofereçam pontos de interconexão de dados em todas as áreas de numeração.

Na mesma data, a Agência também aprovou a revisão do Plano Geral de Metas de Competição - Resolução nº 694/2018. O regulamento estabelece um novo mercado relevante (transporte de dados de alta capacidade) e introduz o conceito de nível de competitividade das ofertas de varejo para cada município (variando da categoria 1 - planejamento competitivo - até categoria 4 - onde mesmo com estímulos à competição a prestação de serviços é inviável sem políticas públicas). Para cada mercado relevante, as medidas assimétricas podem variar de acordo com a categoria de competição atribuída a cada município.

Em 26 de julho de 2018, foram publicados sete atos no Diário Oficial da União (DOU), que definem os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo para os mercados relevantes do novo PGMC. A Anatel em 2018 foram publicados os atos com os valores de referência para todos os mercados.

Destinação de Espectro
Em 08 de maio de 2018, o Conselho Diretor da Anatel aprovou a edição de 2018 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil. O documento consolida e referencia as principais regras de utilização do recurso espectral faixa a faixa e incorpora as mais recentes decisões da Agência quanto à administração de radiofrequências.

Diante desta revisão, a Anatel publicou públicas relativas aos regulamentos de condições de uso das faixas de 2,3 GHz e de 3,5 GHz (em agosto de 2018 e novembro de 2018, respectivamente). Ambás apresentaram, dentre outros elementos, a proposta de destinação das faixas ao SLP (Serviço Limitado Privado) em caráter primário. A Telefônica Brasil apresentou contribuições às referidas consultas públicas, sustentando que serviços de interesse restrito (a exemplo do SLP) devem fazer uso dessas faixas em caráter secundário. A eventual destinação em caráter primário poderia reduzir as opções de expansão de serviços dedicados ao atendimento de majoritária parcela da população.

Tomada de Subsídios: 2,3 GHz e 3,5 GHz
Em 31 de agosto de 2018, o Comitê de Espectro e Órbita da Anatel abriu processo de Tomada de Subsídios sobre as faixas de 2,3 GHz e 3,5 GHz. O questionário abordou aspectos sobre a utilização das referidas faixas, modelos de licitação possíveis e implantação das redes, incluindo eventuais problemas de interferência. O objetivo do conceito de nível de competitividade das ofertas de varejo para cada município (variando da categoria 1 - planejamento competitivo - até categoria 4 - onde mesmo com estímulos à competição a prestação de serviços é inviável sem políticas públicas). Para cada mercado relevante, as medidas assimétricas podem variar de acordo com a categoria de competição atribuída a cada município.

Em 26 de julho de 2018, foram publicados sete atos no Diário Oficial da União (DOU), que definem os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo para os mercados relevantes do novo PGMC. A Anatel em 2018 foram publicados os atos com os valores de referência para todos os mercados.

Destinação de Espectro
Em 08 de maio de 2018, o Conselho Diretor da Anatel aprovou a edição de 2018 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil. O documento consolida e referencia as principais regras de utilização do recurso espectral faixa a faixa e incorpora as mais recentes decisões da Agência quanto à administração de radiofrequências.

Diante desta revisão, a Anatel publicou públicas relativas aos regulamentos de condições de uso das faixas de 2,3 GHz e de 3,5 GHz (em agosto de 2018 e novembro de 2018, respectivamente). Ambás apresentaram, dentre outros elementos, a proposta de destinação das faixas ao SLP (Serviço Limitado Privado) em caráter primário. A Telefônica Brasil apresentou contribuições às referidas consultas públicas, sustentando que serviços de interesse restrito (a exemplo do SLP) devem fazer uso dessas faixas em caráter secundário. A eventual destinação em caráter primário poderia reduzir as opções de expansão de serviços dedicados ao atendimento de majoritária parcela da população.

Tomada de Subsídios: 2,3 GHz e 3,5 GHz
Em 31 de agosto de 2018, o Comitê de Espectro e Órbita da Anatel abriu processo de Tomada de Subsídios sobre as faixas de 2,3 GHz e 3,5 GHz. O questionário abordou aspectos sobre a utilização das referidas faixas, modelos de licitação possíveis e implantação das redes, incluindo eventuais problemas de interferência. O objetivo do conceito de nível de competitividade das ofertas de varejo para cada município (variando da categoria 1 - planejamento competitivo - até categoria 4 - onde mesmo com estímulos à competição a prestação de serviços é inviável sem políticas públicas). Para cada mercado relevante, as medidas assimétricas podem variar de acordo com a categoria de competição atribuída a cada município.

Em 26 de julho de 2018, foram publicados sete atos no Diário Oficial da União (DOU), que definem os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo para os mercados relevantes do novo PGMC. A Anatel em 2018 foram publicados os atos com os valores de referência para todos os mercados.

Destinação de Espectro
Em 08 de maio de 2018, o Conselho Diretor da Anatel aprovou a edição de 2018 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil. O documento consolida e referencia as principais regras de utilização do recurso espectral faixa a faixa e incorpora as mais recentes decisões da Agência quanto à administração de radiofrequências.

Com o propósito de conectar pessoas e trazer novos olhares sobre a tecnologia, trouxemos histórias inspiradoras e uma opinião de marca mais contundente com o conceito "Menos do Mesmo". Como líder do segmento e acompanhando os movimentos da sociedade, a Vivo trouxe uma nova discussão sobre o uso da conexão. Com a campanha "Tem Hora Pra Tudo", convidamos as pessoas a refletirem sobre sua relação com a tecnologia e com as pessoas.

Para garantir diferenciação e apelo comercial frente à concorrência, seguimos reforçando nossa superioridade em relação à qualidade, cobertura e velocidade do 4G+ da Vivo, os benefícios dos Planos Família e dos planos Pré-Pagos. Outro destaque foi a ultravelocidade de Vivo Fibra, que chegou a 30 novas cidades com a força e prestígio da marca Vivo.

Mais uma vez, recebemos uma série de reconhecimentos e prêmios que demonstram a solidez da nossa marca. A Vivo continua a figurar entre as marcas mais valiosas do Brasil, mantendo a 9ª posição do ranking da consultoria Interbrand, com valor estimado em R\$2,3 bilhões. Pelo décimo ano consecutivo, foi eleita pela renomada pesquisa do jornal Folha de S. Paulo como a marca Top of Mind nas categorias telefone celular e banda larga. O nosso compromisso com os clientes também foi reconhecido ao sermos considerados, pela 15ª vez consecutiva, a operadora de telefonia mais confiável do Brasil, segundo a Revista Seleções, em parceria com o Datafolha.

A Companhia ainda foi destaque nos principais rankings do mercado. A Telefônica Vivo foi eleita a Empresa do Ano no ranking "As Melhores das Dinheiras 2018" da Istoé Dinheiro, além de liderar a premiação na categoria Telecomunicações. Foi reconhecida como a melhor empresa de TI e Telecom no anuário Valor 1000, promovido pelo jornal Valor Econômico. Pelo quarto ano consecutivo, conquistamos o primeiro lugar da categoria Telecom na pesquisa Estado das Empresas Mais. Também fomos homenageados pelo Prêmio Empresas Notícias de 2018, desenvolvido pelo Grupo Padrão/Consumidor Moderno, na categoria "Convergência Móvel".

Planos e Campanhas de Comunicação
A comunicação da Vivo destacou-se mais uma vez ao trazer uma estratégia que combina mensagens posicionais que geram maior conexão e engajamento com as pessoas, e relevância comercial com abordagens inovadoras e foco em benefícios de produtos e serviços.

Com o objetivo de posicionar a Vivo como uma marca cada vez mais humana e próxima do seu público, lançamos a Campanha #TemHoraPraTudo que aborda o uso consciente da conexão. A campanha apresenta momentos em que os consumidores percebem que estão deixando de viver o momento presente por estarem conectados no celular, e assim escolhem deixar o celular de lado para viverem esses momentos por inteiro.

Para reforçar a superioridade da Vivo, comunicamos massivamente a tecnologia 4G+, que oferece até 10x mais velocidade para os clientes. A mensagem foi reforçada em todo o Brasil e combinada também em campanhas de produtos e serviços, como nos Planos Família.

No pós-pago, demos continuidade à Campanha Planos Família 4G+, sob o conceito "Viva mais as novas famílias e menos os mesmos planos". A estratégia contou ainda com uma forte presença digital com o projeto de "Cacos de Família". Os episódios evidenciam as vantagens de ser cliente Vivo Pós, entre eles: Double Play com Netflix, Spotify e Vivo Música, Double Play com YouTube, Apps Essenciais (Easy Taxi, Cabify e Waze isentos de desconto de franquia), Vivo Travel (7 dias grátis de internet no exterior) e Dependentes Grátis.

No mês de novembro, lançamos uma campanha para comunicar o plano Vivo Controle com o conceito "Sua Vida Sob Controle", que destacou os principais benefícios do plano, como ligações e whatsapp ilimitado, além do preço fixo todo mês e maior cobertura de internet móvel do Brasil.

Com objetivo de atrair novos clientes no pré-pago comunicamos o Giga Chip, que conta com internet em dobro, WhatsApp ilimitado e 15 dias grátis. O pré-pago também ganhou reforço com duas campanhas digitais: Recarga Grátis, que visa atrair mais clientes com bônus de até 1GB, e a nova oferta Vivo Turbo 15 dias, na qual divulgamos a nova opção de franquia de 15 dias, mantendo nossos clientes conectados por mais tempo.

O varejo também teve destaque na comunicação do último ano. Com uma estratégia diferenciada e sob o conceito "Tem Tudo na Vivo", passamos a apresentar a Vivo como um ponto de conexão para o cliente que quer comprar um novo smartphone, acessório ou até mesmo aproveitar as dicas do Vivo Guru em suas dúvidas de tecnologia, com o objetivo de atrair mais clientes às nossas lojas destacando os principais produtos e serviços oferecidos neste canal.

Para os lançamentos de Smartphones, produzimos mais de 30 campanhas cooperadas com fabricantes parceiros como Samsung com os smartphones S9 e Note 9, Motorola com o Moto One, LG com o G6 e Apple com o lançamento dos novos iPhones X e XS. Além disso, demos continuidade à estratégia de venda de aparelhos do portfólio com a campanha "Smart Offertas" com comunicação direcionada ao varejo, no meio digital. OOH (Out of Home) e shoppings de São Paulo.

Para Vivo Fibra demos continuidade à campanha "Destrave: mude para Vivo Fibra", que explora o insight, identificado em pesquisa, que os consumidores de banda larga e TV vivem em uma inércia e não costumam reavaliar suas operadoras. As campanhas exploram também os serviços digitais, trazendo mais inovação e aproveitando novas formas de consumir conteúdo online, oferecendo mais possibilidades aos nossos clientes. Como oportunidade para conquistar novos clientes, também comunicamos massivamente a chegada de Vivo Fibra em novas cidades, através de uma estratégia de meios regionalizada, incluindo mídia exterior, trade, rádios e mídia impressa local.

Para internet massiva, contamos com uma estratégia de performance no meio online que durou o ano inteiro e foi lançada em novembro de 2018. A estratégia foi executada em múltiplos pontos de ônibus, relógios de rua, etc.) às velocidades até 10MB em cidades do estado de São Paulo.

O serviço Vivo TV contou com uma campanha de performance online e estratégia de mídia exterior em São Paulo no último trimestre do ano, que gerou bons resultados.

Buscando acompanhar os movimentos da sociedade e do mercado, o novo Vivo Easy foi pensado para atender as demandas do público Millennial. Totalmente customizável via aplicativo, com o Vivo Easy o cliente escolhe a quantidade de franquia de internet que quer comprar, diárias de ligações, SMS e aplicativos para uso ilimitado.

Com o objetivo de estimular o download e uso do aplicativo Meu Vivo, lançamos uma campanha com o conceito "Em que tempo você vive?", reforçando que quem não usa o Meu Vivo, vive no passado. A campanha destacou a facilidade e praticidade de uso do aplicativo para diversas funcionalidades como recarregar, obter a forma de vida de conta, consultar e trocar os pontos de Vivo Vão para Vivo Ads. Criamos uma estratégia focada em segmentos diferenciados direcionados ao mercado publicitário reforçando o pioneirismo e alcance massivo da plataforma, com mais de 100 milhões de pessoas na base.

Também tivemos esforços de comunicação focados no público B2B. Demos continuidade ao posicionamento "Abra sua empresa para o Novo", destacando esse ano os produtos Vivo Fibra, Móvel e Cloud, com forte presença no Digital e OOH em Aeroporto. Para TV por assinatura tivemos um grande esforço com o patrocínio do programa Shark Tank, focado em novos empreendedores, para o qual criamos um conteúdo exclusivo e customizado.

Em 2018, também tivemos destaque em ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Para fortalecermos o nosso patrocínio, foi criado o conceito "#JogueJunto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil, seguido pelo texto "Vivo. Patrocinaadora Oficial da Seleção dos brasileiros", colocando atletas, jogadores e marca mais presentes no patamar. A Vivo foi a 1ª marca mais lembrada entre os patrocinadores da Copa e a 3ª mais lembrada no Twitter durante os jogos.

Eventos e ações de relacionamento
No último ano a Vivo se posicionou com uma importante apoiadora das artes cênicas, sendo uma das três marcas mais lembradas pelo público em geral quando o assunto é teatro. Ao todo, foram patrocinados 31 espetáculos com 860 sessões realizadas em todo o país.

Essas iniciativas proporcionaram diversas experiências culturais para os clientes Vivo, que puderam resgatar ingressos gratuitamente através do programa de relacionamento Vivo Valoriza, além de vouchers com descontos exclusivos de até 70% nas sessões.

Dentre os espetáculos patrocinados destacamos os musicais "A Noiva Rebelde" e "Annie", dois grandes sucessos de bilheteria, com mais de 90 mil espectadores cada.

No Teatro de São Paulo, multiplicamos o número de peças, passando de 5 para 15 produções em cartaz durante 2018. Nos meses de junho e julho, tivemos o sucesso do primeiro Festival Teatro Vivo que contou em sua programação com peças de grande sucesso de crítica e público. Como resultado tivemos a presença de mais de 7 mil pessoas e mídia espontânea de R\$ 2 milhões.

No Rio de Janeiro, a casa de espetáculos Vivo Rio, onde mantemos o patrocínio e naming rights desde 2006, realizou 126 shows com a presença de 249 mil pessoas, sendo que 29 mil clientes Vivo Valoriza utilizaram o desconto exclusivo para o programa de relacionamento.

Mantivemos o compromisso da Vivo em promover cada vez mais a conexão entre o público e a arte no Brasil por meio dos patrocínios ao MASP e MAM (SP), Instituto Inhotim e Palácio das Artes (MG) e MAR (RJ). Com o lounge que criou uma grande galeria de arte e uma peça central inspirada em todas as conexões que mantemos diariamente, participamos mais uma vez da SP Arte que aconteceu em Abril e da SP Arte/Foto em Agosto, em dois eventos receberamos mais de 50 mil visitantes em 2018.

Em continuidade à estratégia de consolidar a Vivo como a principal operadora para o público gamer, seguimos com o patrocínio do clube de eSports Vivo Keyd, um dos mais importantes e tradicionais clubes de esporte eletrônico do cenário sul-americano, o que nos garante maior alcance em diversas comunidades e proximidade com um público exigente e ávido de tecnologia.

Além disso, marcamos presença em importantes praças patrocinando eventos de alcance regional, como o GameCon em Brasília, o AnimeXtreme em Porto Alegre e a Digicoll, Liga Nordeste de League of Legends, com campeonatos e qualificatórias online e final presencial na cidade de Natal.

Realizamos ainda ações ligadas ao patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol, em parceria com o Programa de Relacionamento Vivo Valoriza: alguns clientes puderam assistir aos treinos da Seleção Brasileira na Granja Comary (Rio de Janeiro), às vésperas da Copa do Mundo na Rússia. Além do resultado obtido com a campanha #JogueJunto, o Patrocínio da Seleção Brasileira gerou ampla visibilidade em placas de campo, backdrop e nos uniformes de treino dos atletas e comissão técnica.

No mês, patrocinamos o Brasil Open pelo terceiro ano consecutivo (segundo maior torneio do país) e o Instituto Tênis (Centro de excelência em treinamento para jovens atletas), mantendo visibilidade da marca e proximidade com os clientes apaixonados pela modalidade.

Já para os clientes corporativos, realizamos eventos com o propósito de gerar leads, acelerar oportunidades, melhorar a satisfação, fidelização e reforçar o posicionamento da marca durante o ano de 2018. Ao todo, foram impactadas mais de 6.500 empresas, sendo:

- 124 ações nos maiores estádios de futebol do país, casas de shows e espetáculos (Citibank Hall, Vivo Rio e Teatro Vivo);
- 11 experiências personalizadas, que promoveram aproximação com 360 empresas presentes nas maiores e mais estratégicas praças comerciais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Curitiba);
- 27 eventos de conteúdo, com o fortalecimento do posicionamento digital, que contaram com a presença de 1.420 decisores e influenciadores das principais empresas do mercado e atingiram 12 estados por todo o país, o que trouxe comprovada geração de demanda ao longo do ano;
- 28 patrocínios dos mais relevantes eventos de mercado, como IT Fórum, Gartner, Mind the Sec, Ciab entre outros, onde o foco principal foi a divulgação do portfólio de serviços digitais (Segurança, Big Data, Cloud e IoT), com impacto direto de mais de 62.000 pessoas e expressivos resultados de negócios: 290 reuniões exclusivas com CIOs, 291 leads gerados e 60 oportunidades trabalhadas com empresas de diversos segmentos.

Os clientes corporativos (B2B), essencialmente os verticais formados pelo comércio, serviço e indústria, que representam o maior consumo de serviços de telecomunicações, foram, novamente, os mais atingidos pela nossa estratégia de voz avançada. Ainda em voz, desenvolvimento do produto UC de voz avançada, que permitirá a oferta de serviços de voz corporativa em nuvem, possibilitando comunicações unificadas, soluções para contact centers e aplicativos para integração do time de trabalho. Em Banda Larga, apresentamos crescimento de migrações entre tecnologias, sobretudo para fibra. Em dados fixos, mantivemos o crescimento em clientes de médio porte, potencializado pela abrangência da rede da GVT, além de consolidar nossa posição nos grandes clientes.

Alguns destaques ocorridos em 2018:

- aumentamos a penetração de pacotes de dados móveis em 5,6 p.p., além de incrementar a receita líquida em 12%;
- crescimento de 17% nas receitas de fibra, devido ao grande volume de novas altas e migrações de outras tecnologias;
- em M2M, consolidamos nossa liderança e atingimos 41,5% de participação de mercado em dezembro de 2018;
- em TI, crescemos 8,6% em receita líquida, com destaque para fornecimento de equipamentos, crescimentos de 16% na receita de segurança e 12% na receita de Vivo Soluções TI. Estamos avançando com o serviço Open Cloud, aumentando a quantidade de serviços ofertados, permitindo conquistar duas certificações importantes, a CSA Star que atesta nossa infraestrutura e operação e a ISO 27001, que é uma das mais reconhecidas em termos de segurança da informação e agora passa a abranger o Open Cloud além dos serviços de TI e Data Center.

3. Desempenho dos Negócios
A Telefônica Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações outorgadas pela ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga, serviços de TV por assinatura, bem como serviços de valor adicionado não considerados de telecomunicações.

3.1. Infraestrutura e Rede
Desde 2013, a Companhia vem implementando a consolidação de uma rede robusta, capaz de atender às expectativas do cliente. Houve avanços na migração das centrais Time Division Multiplex (T



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

3.2. Vendas

A estrutura comercial da Telefônica Brasil encerrou o ano de 2018 com aproximadamente 1.600 pontos de venda, entre próprios e administrados por revendedores autorizados, aproximadamente 12.000 pontos de venda das redes varejistas, além dos canais remotos, como Televendas e Online. A estratégia de capilaridade com foco na eficiência e excelência operacional aliada à aceleração do processo de digitalização dos canais proporcionou a alocação inteligente de recursos e a manutenção da liderança no mercado brasileiro de telecomunicações, com domínio no segmento de alto valor.

O processo de transformação dos canais comerciais iniciado em 2017 proporcionou a consolidação de parceiros e uma atuação mais estratégica. O time de vendas potencializou as vendas dos serviços de maior valor agregado, tornando a melhor proposta de valor do mercado com a força comercial cada vez mais equilibrada em todas as regiões do país. Tudo isso contribuiu para o aumento de rentabilidade e permitiu acelerarmos ainda mais a transformação digital do negócio.

Em Lojas, seguimos no processo de transformação dos nossos pontos de vendas em pontos de experiências, realizando contínuos avanços relevantes para melhoria de infraestrutura, sistemas, atendimento e capilaridade que garantam uma operação de vendas ainda mais eficiente e rentável. Além disso, aceleramos a nossa penetração de vendas de terminais, renegotiamos contratos de aluguéis, reforçamos nossa parceria com revendedores autorizados e melhoramos o relacionamento com o cliente oferecendo espaços mais acolhedores para realização de ações comerciais, palestras, eventos e *workshops*. Finalmente, inauguramos cinco lojas icônicas e dois *stores in store* com um parceiro estratégico na região Sul do país.

O canal de Distribuição, que engloba farmácias, bancas de jornais, padarias, entre outros, é responsável por 85% da captação pré-pago e 75% das Recargas. Ao longo de 2018 o canal focou em ações voltadas à eficiência comercial através da consolidação dos parceiros e da micro gestão de suas operações, que hoje utilizam ferramentas para gestão da capilaridade e do abastecimento, orientando a atuação da força de vendas na cadeia fim a fim. Estas iniciativas, associadas à expansão da comercialização de planos Controle e da evolução do programa de incentivo, entregam maior conveniência aos nossos clientes, que passam a contar com ainda mais disponibilidade e diversidade dos produtos da empresa neste segmento.

No canal Varejo, seguimos forte nas parcerias com as redes através do programa de incentivo Turbine suas Vendas, com interface cada vez mais intuitiva e premiações atrativas, sendo reconhecido com o troféu de prata na categoria “Éxito Continuado” na FIP. Além disso, retomamos a atuação da promotória, desta vez de forma complementar e inteligente, focando em pontos de vendas com baixa penetração Vivo, mas com alto potencial de captura de mercado.

Nossa oferta de serviços digitais perfila atuação itinerante, seguimos com o processo de transformação através do crescimento estruturado da operação, agora focada no segmento de alto valor. A operação, que já atuava na prospeção de clientes em regiões centrais e periféricas, onde os canais presenciais não chegam, agora conta com uma frente de atuação para capturar vendas convergentes de alto valor para clientes residenciais e condomínios.

No Televendas atingimos 10 milhões de produtos vendidos e cerca de 14 milhões de chamadas. O canal promoveu uma economia expressiva com a otimização da operação receptiva, melhorias de contrato dos parceiros centralizados e internalização do chat *móvel*. No que tange à digitalização, hoje cerca de 65% das novas vendas tem como forma de pagamento a conta digital. Também inovamos na abordagem de potenciais clientes, trabalhando ativamente públicos propensos e desenvolvendo canais online, como o chat, que desde sua internalização dobrou de produtividade. A implementação da biometria de voz e a tecnologia de *speech analytics* proporcionou a retotalização do processo de vendas e gerou melhorias nos índices de qualidade com redução de contatos indesejados e chamadas excessivas. Por fim, obtivemos avanços na implantação de novas plataformas de vendas que integrarão todo o ciclo de vida do cliente, além de evoluir no uso de inteligência artificial, trazendo uma ferramenta que capta dados e padrões de comportamento do cliente e busca em nossos operadores aquele que possui o melhor perfil para o atendimento, o que gerou volume relevante de vendas incrementais.

Em Retenção no móvel B2B atingimos o nível histórico de 81%, além de churn abaixo de 1%. Já no móvel B2C, com um plano estruturado de trabalho junto aos parceiros e a geração de uma nova política comercial, atingimos o patamar de 73,5% na taxa de retenção. Também implementamos uma plataforma que utiliza a inteligência artificial do *speech analytics*, para aumentar o índice de *first call resolution* além de um projeto em *B2B* que está transformando nossas operações, trazendo uma ferramenta que permite maior controle dos clientes ofertados e consequente redução no tempo médio de atendimento. Nos canais digitais de vendas e atendimento, o resultado do *e-commerce* cresceu 220% no segmento móvel e 33% no fixo. As melhorias contínuas na usabilidade do *e-commerce*, que contribuem com a experiência digital do cliente e consequentemente com a presença digital da marca Vivo, impactaram diretamente nestes resultados. Dentre estas melhorias, destaca-se o projeto *Pick-up In Store*, onde clientes podem adquirir *smartphones* no *e-commerce* e retirar em lojas físicas. O projeto já representa mais de 30% das vendas do *e-commerce* nas praças onde foi lançado (nos capitais e 15 lojas até o mês de dezembro).

O Meu Vivo, principal canal de autoatendimento da empresa e que reforça a estratégia de atendimento digital da empresa, também contribuiu com o desempenho positivo dos canais digitais: os usuários únicos do aplicativo aumentaram 30% no ano e as interações digitais com clientes atingiram 70% do total de contatos com a *Vivo* versus 15% em 2017.

Em 2018, lançamos iniciativas inovadoras no atendimento, a *Vivo* lançou a plataforma cognitiva de relacionamento Aura, baseada em motor cognitivo e sistemas proprietários do Grupo Telefônica, em substituição à assistente virtual *Vivi*. A *Aura* já se encontra em mais de 20 canais digitais para o cliente, realizando mais de 1 milhão de consultas ao mês.

Este ano mais uma vez a empresa obteve êxito capturando efetivamente o potencial de negócios da internet e reforçando sua maturidade digital no período promocional da *Black Friday/Black November* no Brasil. As vendas cresceram 6% no período, comparadas ao mesmo período do ano anterior.

Ademais, visando acelerar todas as frentes transformadoras, lançamos o *Vivo Digital Labs* com o objetivo de acelerar as entregas de digitalização das experiências de *e-care* e *e-commerce*. Formado por times multidisciplinares, os *SQUADS*, que atuam com aplicação de metodologias ágeis e abordagens inovadoras, focados em entregar de maneira assertiva melhorias na experiência do cliente nos canais digitais.

3.3. Sistemas de Informação

O ano de 2018 foi marcado pela continuidade dos projetos estruturados e estratégia global de transformação digital. Desta forma, reforçamos nosso compromisso com o investimento em TI como diferencial competitivo no longo prazo.

Assim, avançamos significativamente em cada um dos pilares de nosso plano estratégico, com ênfase para aqueles relacionados à melhoria da eficiência:

Recursos - realizamos importantes entornos no ano. Como resultado, nosso ITR[®], ficou em 4,0% da receita.

Transformação do Negócio - continuamos avançando na implementação do projeto *FullStack B2C*, que visa à substituição de diversos sistemas legados por um único, com o que há de mais moderno no mercado. Ao final do ano, atingimos a marca de 1 milhão de clientes nesta nova plataforma, onde nossos clientes já podem desfrutar de funcionalidades únicas, como aquisição de múltiplas linhas em uma única operação. Além disso, iniciamos importantes projetos de transformação como o *FullStack B2B*, que visa simplificar a operação e garantir valor agregado e uniformidade em todos os canais além de gerar ofertas mais competitivas, e o *Novo OCS (Online Charging System)*, atualizando a plataforma atual gerando maior robustez e compatibilidade com novas tecnologias.

Entregas de Valor - iniciamos o Projeto *ITiX*, cujo objetivo de acelerar as entregas de TI melhorando os indicadores da área e reduzindo o *Time to Market* para novos lançamentos. Aceleramos o índice de digitalização *EZE (End to End)* em diversas frentes, o que significa menos processos manuais, mais confiabilidade e uma melhor experiência digital ao cliente, como Call Center e Fatura eletrônica. Aceleramos o desenvolvimento da Quarta Plataforma, onde através de ferramentas como *Big Data*, conseguimos detectar o perfil de nossos usuários, e consequentemente melhorar nossas ofertas. Dentre as iniciativas de serviços digitais, destacamos a *Aura*, nossa assistente virtual movida à algoritmo proprietário de Inteligência Artificial, em uma clara diferenciação sobre nossos concorrentes.

Excelência operacional - continuamos com a simplificação de sistemas, que resultou na redução de cerca de 30% dos sistemas nos 3 últimos anos, eliminando a complexidade e obsolescência. Do ponto de vista de infraestrutura, aumentamos a taxa de virtualização de servidores, culminando em um melhor retorno sobre capital investido.

Todas essas iniciativas resultam em uma excelência operacional evidenciada pela disponibilidade de sistemas acima de 99,9% em 2018.

3.4. Atendimento ao Cliente

Em 2018, a digitalização e as melhorias operacionais levaram à uma queda de mais de 20% das chamadas de call-center em relação a 2017. Além disso, houve uma melhora na experiência do cliente indicada pela redução de rechamadas e pela avaliação de *outliers*, além de aumentar a autonomia dos representantes que buscam solução no primeiro contato. Parte disso se deve a um esforço para expandir os canais digitais e desenvolver mais opções de autoatendimento.

Dentre os principais projetos de digitalização está a *URA* humanizada, que já suporta 90% do nosso tráfego e oferece mais de 80 serviços através de uma experiência amigável e mais humanizada, utilizando menus personalizados e ajudando a melhorar a retenção da *URA*.

Com foco em novos recursos e impulsionando sua adoção, o aplicativo *Meu Vivo* está ajudando a migrar chamadas para o mundo digital já com 12 milhões de usuários únicos. O aplicativo está conectado à *Aura*, a Inteligência Artificial da *Vivo*, que foi lançada em fevereiro e obteve 15 milhões de interações nos primeiros 10 meses. A *Vivo* está entre as primeiras operadoras do país a oferecer uma ferramenta de relacionamento baseada em inteligência cognitiva.

Apesar dos esforços para levar o cliente aos nossos canais digitais, alguns deles ainda querem falar - para isto desenvolvemos um bot de Call Center Cognitivo, que já está atendendo centenas de milhares de chamadas com grande aprovação e precisão. Trata-se de um processo de melhoria contínua, uma vez que continuará aprendendo novos assuntos no novíssimo *Bots Training Center*, onde os melhores representantes humanos analisam suas interações e ajudam-n a melhorá-las.

Para unir todos os projetos digitais mencionados e garantir a melhor experiência do cliente, foi criado um programa de cultura corporativa comprometido em proporcionar uma experiência única em todos os pontos de contato. Ele guiará nossas decisões e prioridades para garantir uma jornada alinhada aos quatro princípios principais: confiável, fácil, agradável e eficiente.

4. Governança Corporativa

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil S.A. estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários. Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores, clientes e órgãos públicos;
- A igualdade de tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

Inspira-nos nestes conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, a Companhia tem instituído medidas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas e evitar conflitos de interesse. Em 2018, a Companhia implementou sua Política de Transações com Partes Relacionadas, que tem por objetivo estabelecer procedimentos que contribuem para assegurar que as transações realizadas pela Companhia e suas Controladas Diretas e Indiretas com Partes Relacionadas sejam pautadas pelo princípio da transparência, realizadas no melhor interesse da Companhia e observem condições comutativas e de mercado.

4.1. Conselho de Administração

Conforme o Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto de um mínimo de cinco e um máximo de dezesseis membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por dois membros, sendo um deles eleito pelo voto dos acionistas detentores das ações preferenciais em votação separada e sem a participação do controlador, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias. Em 2018, o Conselho de Administração se reuniu 18 vezes no exercício de suas funções.

Este colegiado possui para seu assessoramento os seguintes comitês:

- Comitê de Auditoria e Controle
- Comitê de Nomeações, Vencimentos e de Governança Corporativa
- Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial
- Comitê de Estratégia

De acordo com o regulamento dos Comitês, estes são compostos por três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição. Atualmente, os Comitês de Auditoria e Controle, Comitê de Nomeações, Vencimentos e de Governança Corporativa e o Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial são compostos por três membros. O Comitê de Estratégia é composto por quatro membros.

4.2. Conselho Fiscal

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é mantido em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para o mandato de um ano, sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.

O Estatuto Social estabelece que o Conselho Fiscal será composto de no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto por três membros efetivos e três membros suplentes. Em 2018, o Conselho Fiscal se reuniu 09 vezes no exercício de suas funções.

4.3. Diretoria

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria é composta de, no mínimo, três e, no máximo, quinze membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, é composta por três membros, com os seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e Secretário Geral e Diretor Jurídico.

Com o objetivo de obter uma valoração justa de suas ações, a Companhia adota práticas que visam dar transparência sobre sua estratégia, evolução dos negócios, além de suas políticas e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas.

Informações relevantes são disponibilizadas no portal da Companhia na internet (www.telefonica.com.br/ri), com versões em português e inglês. Todos os comunicados, fatos relevantes, demonstrações contábeis e outros documentos societários são arquivados nos órgãos reguladores - CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e SEC (*Security Exchange Commission*), nos Estados Unidos. Adicionalmente, a Companhia possui uma suite de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou em reuniões individuais, quando solicitadas.

4.5. Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria. Em 2018, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria externa junto ao auditor independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

5. Recursos Humanos

Em novembro de 2018, o Grupo anunciou o novo programa estratégico global, o *hRCONNECTA*, que tem como guia o crescimento e uma fórmula para chegarmos lá: “G = M*RA”, onde:

O *G*, que significa Crescimento (growth) e os aceleradores de negócio, que são representados pelos *R*'s da fórmula e significam, respectivamente: *R*₁- Relevância (Relevance) para reimaginarmos nossa relação com os clientes e surpreendê-los com nossa tecnologia; *R*₂- Receita (Revenues) para reinventarmos os modelos de

negócio e aproveitar as oportunidades; mais clientes e mais fiéis; Retorno (Returns) para reaprendermos a forma de trabalhar e aumentar a eficiência e os benefícios e sejam mais relevantes para nossos acionistas; e Responsabilidade (Responsability) para recrearmos as regras do jogo e praticarmos nossos valores, atuando com responsabilidade e de forma sustentável. Por fim *O*, que significa Motivação (Motivation) que é representado pelas nossas equipes de colaboradores motivados e que possuem papel chave em nossa estratégia de negócio. Acreditamos que é por intermédio de nossos colaboradores que vamos alcançar o crescimento almejado.

Seguimos com o nosso processo de Transformação Digital que é apoiado em tecnologia para ir além da conectividade e excelência e oferecer serviços completos para todos os nossos clientes. Foi lançado o “DNA Vivo”, constituído de 4 princípios: Confiável, Fácil, Encantador e Eficiente, programa que busca permear todas as áreas e pessoas da empresa transformando a forma de atender e nos relacionar com os clientes.

Implantamos globalmente o *Workplace by Facebook*, uma rede social corporativa onde todos os colaboradores podem se comunicar, aprender, interagir e aproveitar toda a diversidade de nossas equipes. Foram realizados diversos programas com o objetivo de dar voz e protagonismo aos colaboradores tais como Encontros com Presidente e COO, e Cliente em Foco, onde os executivos vivenciaram a experiência completa do cliente, a fim de compreender suas reais necessidades.

O reflexo desse trabalho aparece em nossa Pesquisa de Clima Organizacional e Compromisso, com adesão de 81% do público elegível e Índice de Favorabilidade de 85%. Por meio dos resultados da pesquisa a equipe da VP Pessoas e os gestores, conseguem mapear os pontos de melhoria de clima e trabalhar planos de ação, apoiados por uma ferramenta online que traz diversas análises quantitativas dos resultados.

Nesse ano emblemático também aconteceu o lançamento do Programa *Vivo Diversidade*, com o objetivo de valorizar a diversidade e fazer nosso papel na sociedade, cooperando para torná-la mais justa e conectada. Assumimos o compromisso de estimular uma cultura mais inclusiva e um ambiente mais diverso, com o objetivo de valorizar a diversidade de pontos de vista, origens, identidades e orientação, para que todos se sintam à vontade para serem como são, tendo suas diferenças respeitadas.

5.1. Interação

Em 2018, fortalecemos a ligação com o nosso time com ações que reforçam a transformação digital, a valorização das equipes e o vínculo emocional entre colaborador e empresa, contribuindo para um bom clima organizacional. Destacamos as ações:

- Celebrações:** seguimos com as principais celebrações, com o objetivo de fortalecer os laços da empresa com seus colaboradores e familiares, como o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Também realizamos as celebrações de fim de ano, com reunião das equipes em todas as cidades para comemoração das entregas do ano.
- Reconhecimento:** divulgamos o Gente de Valor, programa Global, que permite reconhecimento em diferentes níveis hierárquicos. No Brasil, foram mais de 31.800 reconhecimentos realizados. Já no reconhecimento de projetos em equipe, a Telefônica Brasil realizou o 2º edição do Prêmio *Viva Tudo*, com os melhores projetos vinculados às estratégias corporativas. Foram 186 projetos inscritos, envolvendo mais de 1.400 colaboradores.

5.2. Remuneração

A Companhia adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado de forma a atrair e reter os melhores profissionais e reconhecer o desempenho individual destes. Os programas de remuneração variável e ampla variedade de benefícios complementam o pacote de remuneração total. Em 2018, 3.682 profissionais foram pagos e 2.118 foram contemplados no processo de incremento salarial, totalizando 800 profissionais em aumento de remuneração, além dos reajustes legais aplicados.

5.3. Recrutamento e Seleção e Programas de Desenvolvimento

Na Telefônica Brasil atraímos e retemos os melhores talentos do mercado, por meio de processos seletivos e de desenvolvimento criteriosos, contando com o apoio de plataformas online de Recrutamento e Seleção e de ferramentas de avaliação adequadas a cada nível de complexidade - do operacional ao estratégico. Adicionalmente, contamos com um importante processo de Recrutamento Interno, que dá visibilidade e oportunidade de carreira para todos os colaboradores. Em todos os processos seletivos, a Companhia adota ações que suportam a redução das desigualdades, condizentes às melhores práticas para a diversidade e inclusão, reforçando nossa crença de que todas as pessoas têm direito a igualdade de tratamento e acesso às oportunidades.

Em 2018, foram investidos aproximadamente R\$ 59 milhões em educação com mais de 300 mil participações de colaboradores efetivos e 130 mil participações de parceiros em novas ações de treinamento, somando um total de 1.400 mil horas/capacitação para colaboradores próprios e 440 mil horas/capacitação para parceiros, entre presenciais e *online*. Reforçamos o papel da educação digital por meio do portal Success Factors, sendo que 40% das ações de treinamento para efetivos foram realizadas por meio de educação digital.

Nossas ações educacionais corporativas seguem a promoção do *mindset digital*, como a plataforma *Learning Hub* (plataforma de cursos online ofertados por parceiros educacionais sobre temas relacionados a inovação e tecnologia, carreira e autodesenvolvimento). Também fomentamos direcionamentos importantes por meio da aplicação de cursos obrigatórios para todos os colaboradores sobre *compliance*, privacidade e segurança dos dados, princípios de atuação e negócios responsáveis.

Seguimos com a promoção de certificações técnicas importantes para o negócio e subsídios a cursos de especialização profissional e idiomas. O Programa de Desenvolvimento Educacional teve cerca de 850 colaboradores contemplados em 2018, com investimento de aproximadamente R\$1,3 milhão, para subsídio de até 50% dos cursos de primeira graduação, pós-graduação e idiomas de inglês e espanhol. Também oferecemos convênio com cerca de 40 instituições de ensino, entre Universidades e escolas de idiomas, que concedem descontos de 10% a 30% para nossos colaboradores que buscam o desenvolvimento profissional.

Pelo quarto ano consecutivo realizamos a Semana do AutoDesenvolvimento, que em 2018 passou por uma remodelagem e mudou de nome, passando a chamar *VivoAprendendo*, ofereceu aos colaboradores temas da atualidade como: *mindset digital*, cultura ágil, *life long learning*, diversidade, vieses inconscientes entre outros.

Reconhecendo a importância da atração de novos talentos para a sustentabilidade e crescimento do negócio, em 2018 investimos em programas voltados a esse público:

Jovens Talentos: Tivemos mais de 22 mil inscrições para as 32 posições no programa de Trainee. Cada vez que a modalidade frente ao mercado, nosso programa de trainee e de estágio vêm tornando-se uma importante fonte de captação de talentos para a empresa.

Seguimos trabalhando o desenvolvimento das lideranças, com programas presenciais e digitais, direcionados aos diversos níveis do nosso *pipeline* de Líderes, buscamos avançar os resultados e fortalecer a cultura da empresa:

- Programa *Mentoring* Corporativo: em 2018 expandimos o programa que contou com a participação de 150 mentores e 150 mentorados, compartilhando conhecimentos, trocando experiências e ampliando o *networking*, resultando em um verdadeiro processo de crescimento bidirecional.
- Academia de Líderes: promove a cultura e a estratégia organizacional e tem como objetivo capacitar e desenvolver a liderança e os potenciais gestores por meio de ações de treinamento presenciais e online. Em 2018, foram realizadas 120 turmas presenciais de 21 temas diferentes, em 9 localidades espalhadas pelo Brasil, com um total de 2,088 participações. Em outubro, lançamos a Plataforma Online da Academia de Líderes, que está disponível para 100% dos coordenadores, gerentes de seção e gerentes de divisão, com um portfólio de 150 conteúdos diversos. Em 2018 foram concluídos 779 cursos.
- Universidade Telefônica (Barcelona): por meio de programas internacionais de desenvolvimento, reforçamos nossa conexão com a estratégia global do Grupo Telefônica e preparamos os executivos para os desafios do negócio. Em 2018, enviamos 277 líderes para a Universidade Telefônica, em Barcelona, entre Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Coordenadores, para participar de 7 diferentes cursos.
- Programa de *Coaching*: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com base nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de *Coaching* com renomadas consultorias do mercado.

Uma das principais ferramentas da empresa, para apoio à gestão das equipes e direcionadora dos planos de desenvolvimento dos colaboradores, é a Avaliação de Performance. Ela é direcionada a todos os profissionais da empresa, incluindo líderes. Em 2018, pelo primeiro vez, a Avaliação de Performance foi estendida para as equipes de atendimento, vendas e técnicas, que até então tinham avaliações distintas. O ciclo de 2018 iniciou-se no segundo semestre do ano, com a participação de 33.196 colaboradores e será concluído em fevereiro de 2019, com a realização da avaliação final.

Com foco na estratégia e sustentabilidade do negócio, realizamos o *Management Review*, que tem como objetivo, identificar os colaboradores com potencial para assumir uma posição de mais complexidade e mapear os futuros sucessores das posições executivas. Em 2018, foram 95 posições analisadas, entre Vice-Presidentes e Diretores. Esse processo contemplou análise da performance, de potencial - com subsídio da metodologia *Learning Agility* - e nível de prontidão.

5.4. Benefícios

Em 2018, a Companhia investiu mais de R\$ 843 milhões em benefícios para os seus profissionais, com destaque para:

• R\$ 318,2 milhões em investimentos com saúde e qualidade de vida;

• R\$ 58,5 milhões investidos em Previdência Privada em que a Companhia também contribui, em percentual estabelecido, a favor dos profissionais.

A Companhia mantém uma área dedicada à Saúde e Qualidade de Vida, que atua em todo o território nacional com vinte ambulatórios nas principais capitais do país, promovendo atendimento aos colaboradores em seu local de trabalho. São espaços devidamente equipados, com equipe médica e de enfermagem que prestam assistência integrada.

A Telefônica Brasil possui um Programa de Qualidade de Vida baseado em três pilares (Cuidar, Acolher e Nosso Clube), alinhados ao programa mundial *Feel Good*, e que, em 2018, realizou ações como atendimento médico com clínicos, ginecologistas e obstetras nos ambulatórios *in company*, Programa *Feel Good* Nutrição com atendimento nutricional, Programa *Feel Good* Cuca Fresca com atendimento psicológico, Campanha de vacinação contra gripe, e Programa de Fisioterapia com atendimento focado na saúde funcional e tratamento, entre outros.

Saúde e Segurança no Trabalho

A Companhia mantém área dedicada à Saúde e Segurança no Trabalho que se dedica à segurança, prevenção de acidentes de trabalho e a realização de exames ocupacionais, atuando em todo território nacional com a presença de profissionais (Médicos, Engenheiros, Técnicos de Enfermagem e Segurança) devidamente habilitados em Medicina e Segurança do Trabalho.

A Telefônica Brasil investe no conhecimento dos seus colaboradores através de treinamentos específicos da área de Segurança do Trabalho com o intuito de criar uma visão preventcionista, a fim de que, cada colaborador operacional, compreenda e assuma com responsabilidade suas próprias funções na prevenção de acidentes, buscando melhorias contínuas nas condições de trabalho.

Na busca pelo desenvolvimento do comportamento seguro dos colaboradores voltados para atividades operacionais, em 2018 totalizamos aproximadamente 32 mil horas dedicadas ao DSS - Dialogo Semanal de Segurança, com temas voltados para o time operacional de campo, incluindo: Instaladores, Reparadores, Auxiliares, Técnicos de Telco, Cambistas e Oficial OSP com envolvimento direto da gestão de campo.

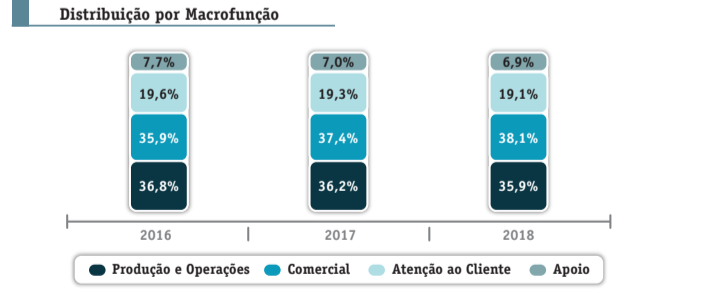
Em 2018, a área de Segurança do Trabalho demonstrou forte atuação de SST para a Gestão de Aliados, foram realizadas 358 inspeções de segurança nas atividades de campo, o número de empresas no reporte dos indicadores dos acidentes de trabalho foi ampliado em 20% e entre as ações, buscamos fortalecer as boas práticas de Segurança entre os prestadores de serviços.

Com o tema *Segurança e Qualidade de Vida Conectados com Você*, em 2018 foi realizado a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes) em atendimento a Norma Regulamentadora nº 5 de forma integrada com todas as regionais do Brasil, totalizando 23.686 colaboradores envolvidos nas ações de saúde, segurança e bem estar.

Estabelecemos todos os processos necessários para evitar acidentes, lesões e doenças ocupacionais através do estrito cumprimento dos assuntos regulatórios, treinamento e gerenciamento preventivo de riscos ocupacionais. Encorajamos todos os funcionários a cuidarem da segurança e saúde incluindo as pessoas ao seu redor.

5.5. Perfil dos Empregados

A Companhia possuia 32.638 empregados em dezembro de 2018 (33.622 empregados em dezembro de 2017:



6. Sustentabilidade

Aplicar a sustentabilidade em nossa estratégia nos permite identificar oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias para gerar valor à sociedade e realizar uma gestão eficaz de impactos inerentes a nossas atividades, tornando nosso negócio cada vez mais responsável.

A condução de nossos negócios, estabelece metas a serem alcançadas até 2021, o que implica atuar de uma maneira íntegra, transparente e assumir compromissos com o desenvolvimento sustentável, a fim de gerar impacto social positivo e criar valor compartilhado, com uma visão de sustentabilidade que coloque as pessoas no centro do que fazemos e que reduza os impactos negativos na nossa operação.

Por isso, o Grupo Telefônica desenvolveu seu Plano Global de Negócios Responsáveis, que tem sete pilares:

- Promessa ao Cliente e Confiança Digital
- Gestão de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos
- Diversidade e Gestão de Talentos
- Meio Ambiente
- Inovação sustentável
- Contribuição ao Progresso
- Ética

Alinhados a esses compromissos, os temas mais relevantes e priorizados em nossos negócios são endereçados dentro da Telefônica Brasil por meio de projetos e metas que envolvem todas as áreas da Companhia, formando o nosso Plano de Negócios Responsáveis.

Temas como mudanças climáticas, diversidade e confiança digital, entre outros, se tornam cada vez mais importantes para a sociedade e podem mudar a forma como nos relacionamos com os clientes e demais públicos de nossa cadeia de valor.

Por isso, promovemos neste ano o lançamento do Manifesto Digital do Grupo Telefônica, marco pioneiro não apenas para o setor de telecomunicações, mas para a indústria 4.0 para toda a sociedade. Além disso, fomos a primeira empresa de telecomunicações no Brasil a lançar um Centro de Privacidade para a discussão e esclarecimento sobre o tema. Somos a operadora brasileira que mais se compromete publicamente com a privacidade dos dados de seus usuários de internet, seja na banda larga fixa ou na internet móvel, segundo pesquisa realizada pelo Internet Lab, centro independente de pesquisa interdisciplinar em direito e tecnologia, em abril de 2018.

Participamos ativamente e somos signatários de outras iniciativas relevantes que também contribuem com o desenvolvimento sustentável. Entre elas estão:

Facto Global

Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para estimular empresas a adotar políticas de sustentabilidade social corporativas sustentáveis por meio da adoção de dez princípios relacionados a direitos humanos, tbalho, meio ambiente e corrupção.

GHG Protocol

Estimula a cultura corporativa para elaboração e publicação de inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Publicamos nosso inventário anualmente desde 2010 e, há cinco anos, somos reconhecidos com o Selo Ouro.

Carbon Disclosure Project (CDP)

Reúne indicadores globais de performance ambiental das companhias para auxiliar investidores em seu processo de tomada de decisão. Apoia organizações de todo o mundo para mensurar emissões de carbono e reduções efetivas, estimulando uma economia mais focada no uso mais racional de energia e em matrizes renováveis.

Compromisso Público pela Diversidade

Princípios do Empoderamento da Mulher: Assinamos em 2016 o compromisso, criado pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global, que estabelece sete princípios que ajudam as empresas a incorporar valores e práticas que visem à equidade de gênero.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2018	Deliberação	Posição Acionária	Valor Total Bruto (R\$ Milhões)	Valor Total Líquido (R\$ Milhões)	Classe de Ação	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)	Data de Pagamento¹
Dividendos (base em dez/18)	a ser deliberado em 11/04/19²	11/04/19	2.468,7	2.468,7	ON	1,371013	1,371013	17/12/19
JSCP (base em out/18)	04/12/18	17/12/18	1.350,0	1.147,5	PN	1,508114	1,508114	17/12/19
JSCP (base em jul/18)	05/09/18	17/09/18	2.800,0	2.380,0	ON	1,555013	1,321761	20/08/19
JSCP (base em mai/18)	18/06/18	29/06/18	400,0	340,0	PN	1,710515	1,453937	20/08/19
					ON	0,222145	0,188823	
					PN	0,244359	0,207705	

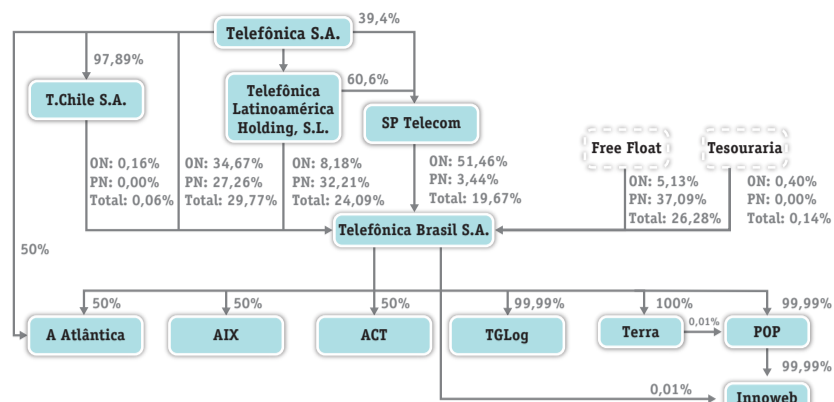
1) A Diretoria da Companhia deliberou que o pagamento de JSCP declarados e Dividendos propostos, ad referendum da Assembleia, se aprovados, ocorrerão nas datas listadas acima;

2) Dividendo proposto pela Administração para futura deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 11 de abril de 2019.

9.2. Posição Acionária

31/12/18	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	540.033.264	704.207.855	1.244.241.119
	94,47%	62,91%	73,58%
Minoritários	29.320.789	415.131.868	444.452.657
	5,13%	37,09%	26,28%
Tesouraria	2.290.164	983	2.291.147
	0,40%	0,00%	0,14%
Número Total de Ações	571.644.217	1.119.340.706	1.690.984.923
Valor Patrimonial por Ação:	R\$ 42,40		
Capital Subscrito/Integralizado:	R\$ 63.571,4 milhões		

9.3. Estrutura Societária



10. Perspectivas

Uma retomada do crescimento econômico tende a contribuir para a recuperação do setor de telecomunicações. A busca por produtos e serviços diferenciados, entrega de qualidade e melhor experiência do cliente deverão nortear as tendências do setor. Além dos serviços tradicionais de telecomunicações, as operadoras deverão fortalecer seu posicionamento no mercado de serviços digitais e distribuir novos produtos e serviços, como Segurança, Cloud, IoT, Big Data e OTTs. Dentro desse contexto, a Telefônica Brasil está bem estruturada para manter sua liderança no mercado brasileiro de telecomunicações e continuar atendendo seus mais de 95 milhões de clientes. Relevância, Receita, Retorno, Responsabilidade e Motivação compõem os pilares estratégicos da Companhia e lhe permitirão evoluir como a melhor plataforma de conectividade e experiência do país.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
ATIVO		18.241.374	16.668.039	18.362.992	16.731.666
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.275.300	3.681.173	3.381.328	4.050.338
Contas a receber	4	8.246.991	8.413.403	8.304.382	8.588.466
Estoques	5	460.800	324.711	462.053	348.755
Despesas antecipadas	6	581.261	425.298	581.743	446.439
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	274.027	401.259	274.589	505.535
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	4.671.959	1.984.999	4.674.218	2.058.455
Depósitos e bloqueios judiciais	9	312.820	324.465	313.007	324.638
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	51.785	323.206	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	69.065	87.643	69.065	87.643
Outros ativos	10	297.366	701.882	302.607	321.397
Ativo não circulante		84.192.902	85.495.114	84.198.326	84.651.169
Realizável a longo prazo		7.379.263	7.329.870	7.760.357	7.998.047
Aplicações financeiras em garantia		76.717	81.472	76.934	81.486
Contas a receber	4	426.252	167.682	426.252	273.888
Despesas antecipadas	6	134.209	21.684	134.232	23.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	230.097	371.408
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	3.222.262	740.104	3.222.262	743.285
Depósitos e bloqueios judiciais	9	3.446.866	6.155.821	3.597.007	6.339.167
Instrumentos financeiros derivativos	31	26.468	76.762	26.468	76.762
Outros ativos	10	46.489	86.345	47.105	88.935
Investimentos	11	484.108	1.949.276	101.657	98.902
Imobilizado	12	34.109.139	33.112.532	34.115.327	33.222.316
Intangível	13	42.220.392	43.103.436	42.220.985	43.331.904
TOTAL DO ATIVO		102.434.276	102.163.153	102.561.318	101.382.835

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.164.957	18.819.861	17.160.820	17.862.531
Passivo circulante					
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	765.098	648.957	782.630	723.380
Fornecedores	16	7.746.133	8.560.844	7.642.782	7.447.100
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	-	-	12.009	4.479
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	1.739.516	1.669.741	1.797.965	1.726.836
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	4.172.916	2.396.116	4.172.916	2.396.116
Provisões e contingências	19	377.926	1.434.911	377.929	1.434.911
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	1.464.166	3.033.441	1.464.166	3.033.441
Receitas diferidas	21	525.509	370.493	525.509	372.561
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.158	5.107	16.538	5.239
Outros passivos	22	357.535	700.251	368.376	718.468
Passivo não circulante		13.662.292	13.881.934	13.793.471	14.058.946
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	11.850	21.648	11.903	23.284
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	39.245	18.463	39.245	49.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.982.952	709.325	1.982.952	709.325
Provisões e contingências	19	5.754.207	6.566.056	5.881.396	6.709.839
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	4.675.271	5.428.400	4.675.271	5.428.400
Receitas diferidas	21	250.526	350.637	250.526	350.637
Instrumentos financeiros derivativos	31	22.845	15.412	22.845	15.412
Outros passivos	22	925.396	771.993	929.333	772.601
TOTAL DO PASSIVO		30.827.249	32.701.795	30.954.291	31.921.477
Patrimônio líquido		71.607.027	69.461.358	71.607.027	69.461.358
Capital social	23	63.571.416	63.571.416	63.571.416	63.571.416
Reservas de capital	23	61.213.512	1.213.522	1.213.532	1.213.522
Reservas de lucro	23	4.324.170	2.463.228	4.324.170	2.463.228
Outros resultados abrangentes acumulados	23	29.225	29.225	29.225	21.328
Dividendo adicional proposto	23	2.468.684	2.191.864	2.468.684	2.191.864
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.434.276	102.163.153	102.561.318	101.382.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	24	37.982.772	39.343.728	43.462.740	43.206.832
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(19.820.589)	(19.135.195)	(21.025.767)	(20.272.530)
Lucro bruto		18.162.183	20.208.533	22.436.973	22.934.302
Recargas (despesas) operacionais		(11.034.036)	(15.301.695)	(12.980.789)	(16.302.065)
Despesas com comercialização	25	(12.037.145)	(12.758.952)	(12.832.741)	(13.136.474)
Despesas gerais e administrativas	25	(2.508.829)	(2.334.905)	(2.598.970)	(2.443.105)
Outras receitas operacionais	26	4.757.154	782.932	4.077.003	464.182
Outras despesas operacionais	26	(1.245.216)	(990.770)	(1.626.081)	(1.186.668)
Lucro operacional		7.128.147	4.906.838	9.456.184	6.632.237
Receitas financeiras	27	3.991.108	1.675.172	4.112.640	1.755.958
Despesas financeiras	27	(2.254.244)	(2.636.113)	(2.285.487)	(2.659.002)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.576.831	1.303.484	(5.847)	1.580
Lucro antes dos tributos		10.441.842	5.249.381	11.277.490	5.730.773
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.513.584)	(640.591)	(2.349.232)	(1.121.983)
Lucro líquido do exercício		8.928.258	4.608.790	8.928.258	4.608.790
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	23	4,96	2,56		
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)	23	5,45	2,82		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recargas	56.206.482	55.205.339	61.135.271	58.937.750
Venda de mercadorias e serviços	51.809.626	54.919.544	58.022.656	59.265.466
Outras receitas	5.712.392	1.690.880	4.646.275	1.153.299
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	(1.315.536)	(1.405.085)	(1.533.660)	(1.481.015)
Insumos adquiridos de terceiros	(18.671.456)	(18.696.568)	(20.184.164)	(19.942.270)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(10.084.028)	(9.316.305)	(11.337.753)	(10.412.308)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.695.085)	(9.499.989)	(8.956.215)	(9.648.698)
Perda/Recuperação de ativos	107.657	119.726	109.804	118.736
Valor adicionado bruto	37.535.026	36.508.771	40.951.107	38.995.480
Retenções	(8.335.746)	(7.826.184)	(8.368.623)	(7.853.734)
Depreciação e amortização	(8.335.746)	(7.826.184)	(8.368.623)	(7.853.734)
Valor adicionado líquido produzido	29.199.280	28.682.587	32.582.484	31.141.746
Valor adicionado recebido em transferência	5.567.939	2.978.656	4.106.793	1.757.538
Resultado de equivalência patrimonial	1.576.831	1.303.484	(5.847)	1.580
Receitas financeiras	3.991.108	1.675.172	4.112.640	1.755.958
Valor adicionado total a distribuir	34.767.219	31.661.243	36.689.277	32.899.284
Distribuição do valor adicionado	34.767.219	31.661.243	36.689.277	32.899.284
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.049.406	3.783.519	4.514.299	4.107.176
Remuneração direta	2.840.550	2.601.425	3.127.787	2.803.226
Benefícios	1.047.278	996.215	1.199.558	1.101.174
FGTS	161.578	185.879	186.954	202.776
Impostos, taxas e contribuições	16.525.666	17.824.012	17.930.880	18.702.536
Federal	6.092.251	4.902.666	7.367.085	5.748.082
Estadual	10.255.529	12.815.664	10.278.645	12.822.020
Municipal	177.886	105.682	285.150	132.434
Remuneração de capitais de terceiros	5.263.889	5.444.922	5.315.840	5.480.782
Juros	2.081.702	2.579.241	2.108.552	2.598.672
Aluguéis	3.182.187	2.865.681	3.207.288	2.882.110
Remuneração de capitais próprios	8.928.258	4.608.790	8.928.258	4.608.790
Juros sobre o capital próprio	4.550.000	2.416.639	4.550.000	2.416.639
Lucros retidos	4.378.258	2.192.151	4.378.258	2.192.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES**a) Informações gerais**

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e subsúmbiamento de *softwares* de qualquer natureza, estado de.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Telefônica S.A. (“Telefônica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&FBovespa e CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” - “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”).

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

De acordo com os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

Os termos de autorização (“TA”) da Companhia para exploração do SMP, conforme o Plano Geral de Autorização do SMP (“PGA”), são: (i) Região I - TA nº 078/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) Região II - TA nº 005/2010/PVCP/SPV-ANATEL; e (iii) Região III - TA nº 006/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Os termos de autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
450 MHz	14	2027
700 MHz	20	2029
800 MHz	25	2020-2028
900 MHz	5	2020-2023
1800 MHz	20-50	2020-2023
2100 MHz	20-30	2023
2500 MHz	40-60	2027-2031

c) Eventos societários ocorridos em 2018 e 2017**c.1) Reestruturação societária - 2018**

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de novembro de 2018, foi aprovada a reestruturação societária, com a incorporação da controlada integral Telefônica Data S.A. (“TData”) pela Companhia, com efeitos operacionais a partir de 1º de dezembro de 2018.

A TData era controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado.

A TData era a controladora da Telefônica Transportes e Logística Ltda. (“TLog”), que explora a atividade de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística e da Terra Networks Brasil S.A. (“Terra Networks”), que presta de serviços digitais (serviços de valor adicionado (“SVA”) próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade, ambas sociedades com sede no Brasil.

A incorporação da TData teve como objetivo a padronização da prestação dos serviços, a simplificação da estrutura organizacional e societária atual do Grupo, bem como auxílio na integração dos negócios da Companhia com a TData.

A TData foi avaliada nos termos do disposto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de setembro de 2018. As variações patrimoniais ocorridas na TData entre a data base e a efetivação da incorporação foram absorvidas pela Companhia.

A incorporação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à TData e avaliação por empresa independente.

Dado que a incorporação da TData pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a TData era controlada integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da TData por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recasso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da TData, em razão de ser esta controlada integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recasso de acionistas não controladores da TData de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Método de contabilização

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (“*Acquisition Method*”) com base no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Pooling of Interests*” ou “*Predecessor Value Method*”), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Esta incorporação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Predecessor Value Method*”), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R). Com a incorporação e extinção da TData, a partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia passou a ser a controladora direta da Terra Networks e TLog.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$1.880.374, na data base de 30 de novembro de 2018.

Ativo circulante	2.329.578	Passivo circulante	1.237.207
Caixa e equivalentes de caixa	142.817	Pessoal, encargos e benefícios sociais	70.138
Contas a receber	997.680	Fornecedores	773.066
Estoques	57.293	Imposto de renda e contribuição social a recolher	40.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68	Impostos, taxas e contribuições a recolher	65.155
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7.648	Receitas diferidas	5.619
Depósitos e bloqueios judiciais	261	Obrigações com empresas do grupo	271.814
Despesas antecipadas	20.359	Outros passivos	10.822
Dividendos e juros sobre o capital próprio	118.628		
Créditos com empresas do grupo	1.002.422	Passivo não circulante	59.202
Outros ativos	12.402	Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.024
		Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.475
		Provisões	27.366

Ativo não circulante	847.205	Valor contábil dos passivos assumidos	1.296.409
Contas a receber	168.393	Obrigações com empresas do grupo	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.660	Outros passivos	9.326
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.661		
Depósitos e bloqueios judiciais	35.203	Valor contábil dos passivos assumidos	1.296.409
Despesas antecipadas	3.750		
Créditos com empresas do grupo	7	Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	1.880.374
Outros ativos	118		
Investimentos	382.315		
Imobilizado	95.047		
Intangível	18.051		

Valor contábil dos ativos adquiridos	3.176.783	Total do passivo e patrimônio líquido	3.176.783

Outras informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TData na data da incorporação totalizava R\$1.166.073, o qual não diferia do valor bruto de R\$1.459.639, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$293.566.

c.2) Aquisição de sociedade por controlada integral - 2017

Em 3 de julho de 2017, a controlada integral da Companhia, TData, adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks, pertencentes à SP Telecomunicações Participações Ltda. (“SPTE”), acionista controladora da Companhia.

O preço total pago pela aquisição da totalidade das ações de emissão da Terra Networks, foi de R\$250.000, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da TData. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da Terra Networks, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data base de 30 de abril de 2017, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da TData.

A aquisição sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks e avaliação por empresa independente.

A aquisição não se sujeitou à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou aprovações por órgãos da Companhia e da forma como foi estruturada não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração no crescimento de serviços digitais e aumento da eficiência operacional.

A aquisição teve como objetivo possibilitar uma ampliação e integração da oferta comercial de serviços digitais que podem agregar valor imediato à carteira de clientes da TData e da Companhia, bem como gerar oferta de serviços da TData para a base de clientes e assinantes dos serviços da Terra Networks e, graças à abrangência nacional de atuação e expertise da Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData. Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui *know how* de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição pela TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a unificação das condições comerciais mantidas com fornecedores.

Método de contabilização

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (“*Acquisition Method*”) com base no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Pooling of Interests*” ou “*Predecessor Value Method*”), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Esta aquisição que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Predecessor Value Method*”), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da TData.

Com a conclusão da aquisição, a partir de 3 de julho de 2017, a Terra Networks passou a ser controlada direta da TData e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$190.971, na data base de 30 de junho de 2017.

Ativo circulante	163.579	Passivo circulante	86.892
Caixa e equivalentes de caixa	43.351	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.327
Contas a receber	61.276	Fornecedores	51.198
Instrumentos financeiros derivativos	404	Impostos, taxas e contribuições	14.643
Tributos a recuperar	22.658	Instrumentos financeiros derivativos	16
Outros ativos	35.890	Outros passivos	3.708
Ativo não circulante	228.575	Passivo não circulante	114.291
Tributos diferidos	117.885	Pessoal, encargos e benefícios sociais	508
Depósitos e bloqueios judiciais	102.373	Impostos, taxas e contribuições	229
Outros ativos	740	Provisões	112.874
Imobilizado	7.047	Outros passivos	680
Intangível	530		
		Valor contábil dos passivos assumidos	201.183
		Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	190.971
		Contraprestação dada pela aquisição	250.000
		Ajuste nos patrimônios líquidos na TData e Companhia	59.029

Provisão para riscos prováveis e passivo contingente

O contrato de venda e compra contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, incluindo indenização de determinados passivos, contingentes ou materializados, decorrentes de atos praticados ou fatos ocorridos até a data da aquisição, reduzidos os valores já provisionados das respectivas contingências, os quais foram considerados no preço de aquisição.

Na data da aquisição, a Terra Networks estava envolvida em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis e possíveis, conforme o caso.

Outras informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela Terra Networks na data da aquisição totalizava R\$61.276, o qual não diferia do valor bruto de R\$69.995, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$8.719.

Desde a data de aquisição até a conclusão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Terra Networks contribuiu com R\$155.224 da receita operacional líquida consolidada e R\$179.615 do lucro líquido consolidado para a Companhia, principalmente pelo reconhecimento de R\$125.191 de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota 7).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais (controladora e consolidadas (Consolidado)) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada seguindo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2019.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, deve-se levar em consideração os efeitos da aquisição da Terra Networks pela TData ocorrida em 3 de julho de 2017 e da incorporação da TData pela Companhia em 30 de novembro de 2018 (nota 1.c.).

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Bases de consolidação

A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto. A seguir, apresentamos as principais informações das investidas da Companhia.

Investidas	Tipo de investimento	Participação		País (Sede)	Atividade principal
		31.12.18	31.12.17		
Telefônica Data S.A. (“TData”)	Controlada	-	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Terra Networks Brasil S.A. (“Terra Networks”)	Controlada	100,00%	-	Brasil	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda. (“TLog”)	Controlada	99,99%	-	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda (“POP”)	Controlada	99,99%	99,99%	Brasil	<i>Internet</i>
Aliança ATLX Holding B.V. (“Aliança”)	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações (“AIX”)	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações (“ACT”)	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

TData: Controlada integral e direta da Companhia até 30 de novembro de 2018, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de diversos serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado. Em 1º de dezembro de 2018, a TData foi incorporada pela Companhia (nota 1.c.1).

Terra Networks: Controlada integral e direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1.c.1), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de serviços digitais (serviços de valor adicionado (“SVA”) próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade.

TLog: Controlada direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1.c.1), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de atividades de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística.

POP: Controlada direta da Companhia com sede no Brasil, tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; a manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de *software*, *hardware*, equipamentos de telecomunicação e eletroeletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e veiculação de publicidades, propagandas e *baners*; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

A POP é a controladora direta da Innoveb Ltda (“Innoweb”) com sede no Brasil, tem como objeto atuar como provedor de *internet*; desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

Aliança: Empresa com controle em conjunto com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme segue:

Normas e Emendas a Normas

IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes
Eslarecimentos à IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes, emitida em 12 de abril de 2016
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de Pagamentos Baseados em Ações
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016

A adoção de parte dessas normas, alterações e interpretações não tiveram um impacto significativo na posição financeira da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial. No entanto, para a IFRS 9 e IFRS 15, houve um impacto significativo na posição financeira consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A IFRS 9 introduziu o modelo de perda de crédito esperado como novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros. Esse novo modelo exige que as perdas de crédito esperadas sejam registradas a partir do reconhecimento inicial do ativo financeiro. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. Consequentemente, a aplicação dos novos requisitos ocasionou uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente nas contas a receber de clientes.

Adicionalmente, a nova norma introduziu um modelo contábil novo e menos restritivo de *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco, além de modificar os critérios de documentação de relacionamentos de *hedge*.

As principais mudanças estão relacionadas com a documentação de políticas e estratégias de *hedge*, bem como a estimativa e o cronograma de reconhecimento de perdas esperadas em recebíveis de clientes. A Companhia decidiu aplicar a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

A partir da análise realizada nas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia concluiu o processo de estimar o impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependeu, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos aplicáveis às principais classes de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotou premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia considerou não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento. Desta forma, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para grupos de contratos com características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valoração inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, conforme divulgado na nota 32, a Companhia espera que as mudanças introduzidas pela IFRS 16 tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso e suas correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que são classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas atuais. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituirão os valores reconhecidos como despesas de locação de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também será afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

A partir da análise realizada até o momento, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras a partir da data de adoção, incluindo o reconhecimento no balanço de abertura para o exercício de 2019 de um valor entre R\$8,4 e R\$9,2 bilhões como ativos por direito de uso, em relação à maioria dos contratos que, nos termos da regulamentação atual, são classificados como arrendamentos operacionais, em contrapartida ao passivo de arrendamento.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o caso, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Caixa e contas bancárias	204.911	114.556	205.598	117.799
Aplicações financeiras	3.070.389	3.566.617	3.175.730	3.932.539
Total	3.275.300	3.681.173	3.381.328	4.050.338

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

4. CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto “Solucionia TI”).

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Valores faturados	6.705.942	6.033.164	6.789.257	6.753.621
Valores a faturar	2.395.503	2.117.422	2.454.810	2.481.364
Valores de interconexão	835.887	835.085	835.887	859.819
Valores com partes relacionadas (nota 28)	219.637	804.783	148.814	201.021
Contas a receber, bruto	10.156.969	9.790.454	10.228.768	10.295.825
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.483.726)	(1.209.369)	(1.498.134)	(1.433.471)
Total	8.673.243	8.581.085	8.730.634	8.862.354
Circulante	8.246.991	8.413.403	8.304.382	8.588.466
Não circulante	426.252	167.682	426.252	273.888

Os saldos consolidados não circulantes das contas a receber incluem:

- Em 31 de dezembro de 2018, R\$160.979 (R\$122.651 em 31 de dezembro de 2017), referente ao modelo de negócios de venda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente foi de R\$16.672 (R\$16.011 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 31 de dezembro de 2018, R\$93.434 (R\$45.031 em 31 de dezembro de 2017), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo Oi. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente foi de R\$25.931 (R\$15.535 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 31 de dezembro de 2018, R\$171.839 (R\$106.206 em 31 de dezembro de 2017), corresponde ao produto “Solucionia TI”, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente foi de R\$41.455 (R\$33.614 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto “Solucionia TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Valor nominal a receber	573.094	434.743
Receita financeira não realizada	(53.424)	(33.614)
Valor presente a receber	519.670	401.129
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(196.435)	(154.666)
Valor líquido a receber	323.235	246.463
Circulante	151.396	140.257
Não circulante	171.839	106.206

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Solucionia TI” em 31 de dezembro de 2018 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	279.563	267.595
A vencer acima de um ano e até cinco anos	293.531	252.075
Total	573.094	519.670

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
A vencer	6.435.875	6.557.992	6.485.154	6.635.125
Vencidas - 1 a 30 dias	1.087.363	1.016.172	1.096.639	1.132.008
Vencidas - 31 a 60 dias	304.864	342.779	305.019	375.176
Vencidas - 61 a 90 dias	201.197	224.597	200.401	232.648
Vencidas - 91 a 120 dias	223.730	96.586	220.221	105.342
Vencidas - mais de 120 dias	420.214	342.959	423.200	382.055
Total	8.673.243	8.581.085	8.730.634	8.862.354

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda (“IR”) e da contribuição social (“CS”) diferidos são apresentados a seguir:

Ativo (passivo) diferido

IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)

IR e CS sobre diferenças temporárias (2)

Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias

Fornecedores e outras provisões

Carteira de clientes e marcas

Perdas estimadas para redução o valor recuperável das contas a receber

Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados

Planos de previdência e outros enefícios pós-emprego

Participação nos resultados

Programa de fidelização

Depreciação acelerada contábil

Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques

Operações com derivativos

Licença

Ágios (Spanish e Navytreet, Vivo Part. e GVTPart.)

Bens do ativo imobilizado de pequeno valor

Lei da Inovação tecnológica

Sobre outras diferenças temporárias (3)

Total do ativo (passivo) líquido, não circulante

Ativo fiscal diferido

Passivo fiscal diferido

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido

Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:

Ativo fiscal diferido

Passivo fiscal diferido

Ativo (passivo) diferido

IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)

IR e CS sobre diferenças temporárias (2)

Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias

Fornecedores e outras provisões

Carteira de clientes e marcas

Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber

Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

Participação nos resultados

Programa de fidelização

Depreciação acelerada contábil

Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques

Operações com derivativos

Licença

Ágios (Spanish e Navytreet, Vivo Part. e GVTPart.)

Bens do ativo imobilizado de pequeno valor

Lei da Inovação tecnológica

Sobre outras diferenças temporárias (3)

Total do passivo diferido

Ativo fiscal diferido

Passivo fiscal diferido

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido

Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:

Ativo fiscal diferido

Passivo fiscal diferido

d) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.16	(1.004.512)	(1.399.895)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.405.085)	(1.481.015)
Baixa pela utilização	1.200.228	1.456.158
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	(8.719)
Saldo em 31.12.17	(1.209.369)	(1.433.471)
Adoção inicial IFRS 9 em 01.01.18	(332.127)	(364.456)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.315.536)	(1.533.660)
Incorporação (nota 1.c.1)	(293.566)	-
Baixa pela utilização	1.666.872	1.833.453
Saldo em 31.12.18	(1.483.726)	(1.498.134)

5. ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para venda como aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, reconhecidas no resultado foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Materiais para venda	413.843	302.235	413.843	325.850
Materiais para consumo	60.566	55.448	61.819	57.740
Outros estoques	30.013	7.822	30.013	7.822
Estoques, bruto	504.422	365.505	505.675	391.412
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(43.622)	(40.794)	(43.622)	(42.657)
Total	460.800	324.711	462.053	348.755

6. DESPESAS ANTECIPADAS

a) Política contábil

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Propaganda e publicidade	252.900	335.700	252.900	336.295
Seguros	24.790	36.672	24.867	36.941
Aluguéis	32.792	29.713	32.792	29.713
Manutenção de <i>software</i> e redes	17.472	7.422	17.485	12.375
Custos incrementais - IFRS 15 (nota 2.f)	255.391	-	255.391	-
Encargos financeiros	43.853	2.592	43.853	2.592
Pessoal	33.679	26.842	33.970	28.178
Tributos e outras despesas antecipadas	54.593	8.041	54.717	23.461
Total	715.470	446.982	715.975	469.555
Circulante	581.261	425.298	581.743	446.439
Não circulante	134.209	21.684	134.232	23.116

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos ao patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser realizado e é provável



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$12.649 (R\$11.938 em 31 de dezembro de 2017), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2019	1.958.492	2.082.829
2020	474.180	555.161
2021	482.499	494.257
2022	990.776	1.002.778
2023	258.543	259.562
2024 em diante	(6.147.442)	(6.147.442)
Total	(1.982.952)	(1.752.855)

f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso. O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Controladora	2017	Consolidado	2017
Lucro antes dos tributos	10.441.842	5.249.381	11.277.490	5.730.773
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(3.550.226)	(1.784.790)	(3.834.347)	(1.948.463)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos (nota 11)	536.123	443.185	(1.988)	537
Juros sobre o capital próprio prescritos	(14.426)	(21.843)	(14.426)	(21.843)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	-	2.007
Despesas inadutíveis, brindes e incentivos	(56.666)	(86.946)	(76.671)	(94.413)
Tributos diferidos reconhecidos nas controladas sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	-	132.080
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	1.547.000	821.657	1.547.000	821.657
Outras (adições) exclusões	24.611	(11.854)	31.200	(13.545)
Débito tributário	(1.513.584)	(640.591)	(2.349.232)	(1.121.983)
Taxa efetiva	14,5%	12,2%	20,8%	19,6%
IR e CS corrente	(5.485)	36.226	(832.485)	(580.578)
IR e CS diferido	(1.508.099)	(676.817)	(1.516.747)	(541.405)

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora	2017	Consolidado	2017
ICMS (1)	2.548.998	2.438.272	2.549.006	2.450.856
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	128.808	212.264	129.741	238.355
PIS e COFINS (3)	4.999.706	66.335	5.000.677	85.098
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	216.709	8.232	217.056	27.431
Total	7.894.221	2.725.103	7.896.480	2.801.740
Circulante	4.671.959	1.984.999	4.674.218	2.058.455
Não circulante	3.222.262	740.104	3.222.262	743.285

- Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para futuras que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$509.920 e R\$423.588 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.
- Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- Os saldos da controladora e consolidado de PIS e COFINS de 31 de dezembro de 2018, incluem os créditos fiscais atualizados monetariamente pela SELIC, no montante de R\$4.915.239, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado em 17 de maio de 2018 e 28 de agosto de 2018, a favor da Companhia e controlada, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013, respectivamente (vide notas 26 e 27). Em 31 de dezembro de 2018, os saldos circulante e não circulante eram de R\$2.520.990 e R\$2.394.249, respectivamente.

A Receita Federal do Brasil iniciou processo de fiscalização, nos termos da Lei 13.670/18, com o objetivo de homologar os créditos de PIS e COFINS resultado da disputa que tratou da exclusão do ICMS das bases destas contribuições. A Companhia tem enviado todos os esforços, inclusive medidas judiciais, para atender de forma tempestiva as solicitações deste procedimento fiscalizatório e assim continuar compensando seus referidos créditos tributários. A Companhia possui outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas - GVT e Telemig), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017, cujos intervalos de valores estimamos entre R\$1.700 milhões a R\$2.200 milhões.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora	2017	Consolidado	2017
Depósitos judiciais				
Tributário	1.790.940	4.074.517	1.929.594	4.230.917
Trabalhista	512.635	864.022	522.201	885.338
Cível	1.163.530	1.203.297	1.164.835	1.205.807
Regulatório	208.447	200.627	208.447	200.627
Total	3.675.552	6.342.463	3.825.077	6.522.689
Bloqueios judiciais	84.134	137.823	84.937	141.116
Total	3.759.686	6.480.286	3.910.014	6.663.805
Circulante	312.820	324.465	313.007	324.638
Não circulante	3.446.866	6.155.821	3.597.007	6.339.167

	2018			2017		
	Controladas			Controladas em conjunto		
	Terra	POP	TData	Aliança/AIX/ACT	Ágios	Outros
Receita operacional líquida	74.870	6.556	31.146	5.646.244	45.608	4.023.145
Custos e despesas operacionais	(72.955)	(6.343)	(6.184)	(3.345.297)	(58.773)	(2.311.211)
Receitas (despesas) nanceiras, líquidas	(646)	6	1.217	89.713	1.334	56.506
Imposto de renda e contribuição social	(2.464)	-	(9.221)	(823.964)	137	(475.614)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.195)	219	16.958	1.566.696	(11.694)	1.292.826
Valor da equivalência patrimonial	(1.195)	219	16.958	1.566.696	(5.847)	1.292.826

- Representa o resultado apenas do mês de dezembro de 2018 (nota 1 c.1).
- Representa o resultado consolidado do período de janeiro a novembro de 2018 (nota 1 c.1).

c) Movimentação dos investimentos

	Controladas			Controladas em conjunto			Total de investimentos		
	Terra	POP	TData	Aliança/AIX/ACT	Ágios	Outros	Eliminações	Perdas	Total de investimentos
	Networks	TGLog	Consolidada	AIX/ACT	(1)	investimentos (2)	na controladora	em andamento	no consolidado
Saldos em 31.12.16	-	-	29.888	84.403	212.058	-	1.407.155	(1.321.410)	85.745
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.292.826	1.580	-	-	1.303.484	(1.301.904)	1.580
Transações de capital (nota 1.c.2)	-	-	(59.029)	-	-	-	(59.029)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(707.794)	-	-	-	(707.794)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(6.117)	11.239	-	338	5.460	6.117	11.577
Saldos em 31.12.17	-	-	38.966	1.599.350	212.058	1.680	1.949.276	(1.850.374)	98.902
Resultado de equivalência patrimonial	(1.195)	219	16.958	1.566.696	(5.847)	-	1.576.831	(1.582.678)	(5.847)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(51.785)	-	(1.263.503)	-	-	-	(1.315.288)	1.315.288	-
Incorporação (nota 1 c.1)	369.778	12.537	(1.880.374)	-	(212.058)	-	(1.710.117)	1.498.059	-
Transações de capital	-	-	10	-	-	-	10	(10)	-
Efeitos adoção IFRS 9	-	-	-	-	-	-	96	96	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(96)	-	-	(700)	(700)	-	(700)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(700)	(15.808)	25.110	9.302
Saldos em 31.12.18	113	(3.044)	55.828	1.599.350	161.211	355	484.108	(594.509)	101.657

- Ágio oriundo da cisão parcial da Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006. Com a incorporação da TData (nota 1 c.1), este montante foi reclassificado para o grupo de Intangível.
- Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

12. IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar, e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

c) Composição, movimentação e taxas de depreciação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado, suas movimentações e taxas anuais de depreciação:

- Equipamentos de comutação e transmissão:** compreendem centrais de comutação e controle, gateway, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, controladoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais/modens:** compreendem aparelhos celulares e modens (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura:** compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, container, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados:** compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")	-	1.238.068
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	44.771	1.161.061
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	551.937	518.474
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	503.246	484.649
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	278.685	270.612
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	239.220	273.264
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	141.759	134.688
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	55.425	45.846
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	39.672	37.965
Outros impostos, taxas e contribuições	74.879	66.290
Total	1.929.594	4.230.917

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")**
O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.
No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e a TData tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente no montante de R\$1.378.170 em benefício à EBC, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e a TData efetuaram as baixas dos depósitos judiciais em contrapartida aos valores provisionados (nota 19).
- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")**
A Companhia possui discussões judiciais que envolvem a cobrança realizada pela ANATEL da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a renovação da validade da licença.
No segundo trimestre de 2018, a discussão judicial relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente, após desistência pela Companhia do recurso interposto, com a conversão em renda para a ANATEL dos valores depositados judicialmente no montante de R\$1.126.810 (nota 19).

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Adiantamentos a empregados e fornecedores	81.046	53.103	83.094	58.456
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	110.923	557.211	120.776	166.733
Crédito com fornecedores	114.175	114.015	114.175	114.015
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30)	10.920	9.616	10.997	9.833
Outros valores a realizar	26.791	54.282	20.670	61.295
Total	343.855	788.227	349.712	410.332
Circulante	297.366	701.882	302.607	321.397
Não circulante	46.489	86.345	47.105	88.935

11. INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 23).

b) Informações das investidas

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa incorrida e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes (Purchase Price Allocation - PPA)

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do Purchase Price Allocation (PPA) gerados na aquisição do controle da VivoPart. em 2011 e da GVTPart. em 2015.

b) Estimativas e julgamentos críticos

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tática, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos

c) Informações das provisões e contingências

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

	Controladora						
	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.16	1.374.570	3.109.806	1.038.230	828.934	881.745	541.831	7.775.116
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	296.676	146.730	438.250	198.344	-	-	990.770
Outros ingressos (reversões) (2)	-	100.252	(1.098)	-	-	20.765	119.919
Baixas por pagamento	(860.698)	(158.783)	(548.521)	(6.873)	-	-	(1.574.875)
Baixas por compensação de tributos (1)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	143.771	342.922	120.574	83.387	53.281	12.129	756.064
Saldos em 31.12.17	954.319	3.474.900	1.047.435	1.103.792	845.796	574.725	8.000.967
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	309.033	452.484	392.166	(41.837)	-	-	1.084.501
Outros ingressos (reversões) (2)	(104.505)	(2.442.943)	(12.646)	-	-	19.926	(2.544.168)
Baixas por pagamento	(530.031)	(51.376)	(595.863)	(117.599)	-	-	(1.294.869)
Incorporação (nota 1 c.1)	-	22.611	-	-	-	4.755	27.366
Atualização monetária	117.936	411.853	164.648	77.860	8.824	77.215	858.336
Saldos em 31.12.18	746.752	1.867.529	995.740	1.022.216	827.275	672.621	6.132.133
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	715.090	3.474.900	845.762	109.783	845.796	574.725	6.566.056
Em 31.12.18							
Circulante	245.804	-	132.122	-	-	-	377.926
Não circulante	500.948	1.867.529	863.618	1.022.216	827.275	672.621	5.754.207
	Consolidado						
	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.16	1.382.957	3.129.681	1.039.357	828.934	881.745	546.587	7.809.261
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	297.171	154.441	438.693	198.344	-	-	999.419
Outros ingressos (reversões) (2)	(492)	93.596	207	-	-	20.765	114.076
Baixas por pagamento	(865.656)	(168.407)	(551.928)	(6.873)	-	-	(1.592.864)
Baixas por compensação de tributos (1)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	147.334	348.393	123.487	83.387	53.281	12.129	768.011
Combinação de negócios (nota 1 c.2)	19.282	87.531	6.061	-	-	-	112.874
Saldos em 31.12.17	980.596	3.579.208	1.055.877	1.103.792	845.796	579.481	8.144.750
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	319.056	452.746	395.631	(41.837)	-	-	1.098.251
Outros ingressos (reversões) (2)	(99.372)	(2.443.047)	(14.119)	-	-	16.752	(2.539.786)
Baixas por pagamento	(541.749)	(51.924)	(598.294)	(117.599)	-	-	(1.309.566)
Atualização monetária	121.155	414.914	165.708	77.860	8.824	77.215	865.676
Saldos em 31.12.18	779.686	1.951.897	1.004.803	1.022.216	827.275	673.448	6.259.325
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	741.367	3.579.208	854.204	109.783	845.796	579.481	6.709.839
Em 31.12.18							
Circulante	245.805	-	132.124	-	-	-	377.929
Não circulante	533.881	1.951.897	872.679	1.022.216	827.275	673.448	5.881.396

(1) Refere-se aos valores de tributos sobre prejuízos fiscais utilizados na compensação de provisões tributárias, decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) pela Companhia.

(2) Refere-se aos valores de ingressos e baixas realizados em contrapartida a depósitos judiciais (nota 9).

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões prováveis	746.752	954.319	779.686	980.596
Contingências possíveis	152.297	210.211	191.398	261.876

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização. A Companhia finalizou um trabalho de aprimoramento no cálculo da estimativa do valor da provisão trabalhista, para os casos de solidariedade/subsidiariedade junto a sociedades terceiras, evoluindo de um cálculo baseado na média histórica de pagamentos para uma avaliação da perda esperada de forma individualizada para cada processo, ocasionando um incremento na provisão de R\$116 milhões. A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (“PAMA”), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da Companhia. Em agosto de 2018, a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgaram pela legalidade da terceirização irrestrita, inclusive da atividade fim, resguardada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. Contudo, aguarda-se a publicação da referida decisão e possíveis embargos de declaração para aclarar acerca da abrangência da referida decisão, inclusive para os casos já transitados em julgado, oportunidade em que será avaliada a aplicação da referida decisão em cada um dos processos em que se discute o tema. Diante de tais considerações, ainda não há condições de estimar valores ou eventuais prejuízos para a Companhia.

c.2) Provisões e contingências tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões prováveis	1.867.529	3.474.900	1.951.897	3.579.208
Federais	442.575	420.128	526.943	502.153
Estaduais	909.547	231.667	909.547	231.998
Municipais	33.607	32.054	33.607	32.054
FUST, FISTEL e EBC	481.800	2.791.051	481.800	2.813.003
Contingências possíveis	35.257.515	34.029.094	36.103.128	35.388.910
Federais	11.743.016	7.936.925	12.025.529	8.226.374
Estaduais	15.736.730	18.015.683	16.294.685	18.968.349
Municipais	632.569	542.084	637.690	548.014
FUST, FUNTEL e FISTEL	7.145.200	7.534.402	7.145.224	7.646.173

c.2.1) Provisões tributárias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios, descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empregada.

FUST, FISTEL e EBC

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

No segundo trimestre de 2018, a discussão relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”) e Taxa de Fiscalização e Funcionamento (“TF”) das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente após assistência pela Companhia do recurso interposto, com a conversão em renda para a ANATEL dos valores depositados judicialmente (nota 9).

No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e sua controlada (TData) tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente, referentes às taxas EBC, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e sua controlada (TData) efetuaram as baixas dos valores provisionados em contrapartida aos valores depositados judicialmente (nota 9).

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FUNTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCR e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (e) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) IRPJ e CSLL sobre (a) glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; e (b) glosa das despesas relacionadas ao agio da reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. e do agio decorrente das operações de incorporação da Navvtree, TDBH, VivoPart.; (v) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (vi) PIS e COFINS sobre (a) regime de compensação versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (vii) IRPJ - FINOR, FINAN ou FUNRES; (viii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX n.º, 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (ix) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (x) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (xi) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas às perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) cobrança diferida referente a interconexão (Detraf); (xii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiii) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xiv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvi) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xviii) multa Detraf; (xix) consumo próprio; (xx) isenção de órgãos públicos; (xxi) valores dados a título de descontos; (xxii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiii) serviços de publicidade; (xxiv) serviços não medidos; e (xxv) assinatura mensal, que se encontra no STF com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; e (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino America Holding; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandatos de Segurança Impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (“EILD”) na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.701.208 (R\$4.316.571 em 31 de dezembro de 2017).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTEL”)

Mandatos de Segurança Impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$618.473 (R\$493.867 em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal. Em 31 de dezembro de 2018, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.825.543 (R\$2.835.735 em 31 de dezembro de 2017).

c.3) Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões prováveis	995.740	1.047.435	1.004.803	1.055.877
Contingências possíveis	3.480.441	2.840.894	3.493.655	2.858.796

c.3.1) Provisões cíveis prováveis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Informações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Moeda local	Controladora/Consolidado															
	Informações em 31 de dezembro de 2018					31.12.18					31.12.17					
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Circulante	Não	Total	Circulante	Circulante	Não	Total				
Instituições financeiras (b.1)					1.367.551	4.675.271	6.042.822	2.891.142	5.345.445	8.236.587	666.213	819.742	1.485.955	820.468	1.456.624	2.277.092
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	jul-19	(1)	214.012	-	214.012	371.946	213.958	585.904						
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	ago-20	(3)	184.200	122.011	306.211	184.007	303.560	487.567						
BNDES FINEM	R\$	5,00%	nov-19	(3)	13.403	-	13.403	14.654	13.377	28.031						
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%	jan-23	(3)	103.486	316.269	419.755	101.879	413.552	515.431						
BNDES FINEM	R\$	4,00% a 6,00%	jan-23	(3)	37.837	94.516	132.353	37.061	132.092	169.153						
BNDES FINEM	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	jan-23	(3)	80.014	245.887	325.901	70.426	305.952	376.378						
BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	jan-23	(2)	18.207	1.263	19.470	25.405	19.413	44.818						
BNB	R\$	7,06% a 10%	ago-22	(4)	15.054	39.796	54.850	15.090	54.720	69.810						
Fornecedores (b.2)					524.244	-	524.244	607.152	-	607.152						
Debêntures (b.3)					123.961	3.049.949	3.173.910	1.412.486	3.108.253	4.520.739						
4ª emissão - Série 3	R\$	IPCA+4,00%	out-19	(5)	41.121	-	41.121	312	40.010	40.322						
1ª emissão - Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	jul-21	(5)	26.250	52.499	78.749	24.088	72.264	96.352						
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68%	abr-18	(5)	-	-	-	1.317.513	-	1.317.513						
5ª emissão	R\$	108,25% do CDI	fev-22	(5)	51.233	1.997.694	2.048.927	64.397	1.996.517	2.060.914						
6ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,24%	nov-20	(5)	5.357	999.756	1.005.113	6.176	999.462	1.005.638						
Arrendamento financeiro (b.4)					53.133	339.894	393.027	51.036	334.424	385.460						
Contraprestação contingente (b.5)					R\$											
Moeda estrangeira																
Instituições financeiras (b.1)																
BNDES FINEM	UMBND	ECM + 2,38%	jul-19	(1)	96.615	-	96.615	142.299	82.955	225.254						
Total					1.464.166	4.675.271	6.139.437	3.033.441	5.428.400	8.461.841						

Garantias

- Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
- Alienação dos ativos financiados.
- Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior.
- Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo deste fundo de liquidez era de R\$12.473 (R\$11.722 em 31 de dezembro de 2017).
- Quirografia

b.1) Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CP 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2018 de R\$21.620 (R\$32.155 em 31 de dezembro de 2017), nota 21.

b.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 107,9% a 115,9% do CDI (101,4% a 109,4% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

b.3) Debêntures

A seguir apresentamos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Emissão	Data de emissão	Emittidas	Circulação	Valor da emissão
4ª emissão - Série 3	15/10/09	810.000	23.557	810.000
1ª emissão - Minas Comunica	17/12/07	5.550	5.550	55.500
4ª emissão	25/04/13	130.000	130.000	1.300.000
5ª emissão	08/02/17	200.000	200.000	2.000.000
6ª emissão	27/11/17	100.000	100.000	1.000.000

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 era de R\$3.951 (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2017), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

b.4) Arrendamento financeiro

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora/Consolidado	31.12.18	31.12.17
Valor nominal a pagar		766.215	787.147
Despesa financeira não realizada		(373.188)	(401.687)
Valor presente a pagar		393.027	385.460
Circulante		53.133	51.036
Não circulante		339.894	334.424

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora/Consolidado	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano		60.823	53.133
Mais de um ano até cinco anos		207.450	146.797
Mais de cinco anos		497.942	193.097
Total		766.215	393.027

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b.5) Contraprestação contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

c) Cronograma de pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2018 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora/Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2020	359.948	1.025.097	41.444	-	1.426.486
2021	231.764	1.025.097	36.704	-	1.293.565
2022	209.948	999.755	35.190	-	1.244.893
2023	18.082	-	33.463	-	51.545
2024 em diante	-	-	193.096	465.686	658.782
Total	819.742	3.049.949	339.894	465.686	4.675.271

d) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora/Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	Total
Saldo em 31.12.16	4.158.015	3.554.307	374.428	722.591	414.733	9.224.074
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	-	3.640.782
Subvenção governamental (nota 21)	(1.581)	-	-	-	-	(1.581)
Encargos financeiros (nota 27)	300.153	485.295	45.265	70.603	31.411	932.727
Custos de emissão	-	(4.926)	-	-	-	(4.926)
Variação cambial (nota 27)	15.846	-	-	-	-	15.846
Baixas (pagamentos)	(2.025.963)	(2.513.937)	(47.695)	(757.486)	-	(5.345.081)
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	607.152	446.144	8.461.841
Ingressos	-	-	18.672	506.397	-	525.069
Subvenção governamental (nota 21)	(40)	-	-	-	-	(40)
Encargos financeiros (nota 27)	169.771	242.415	45.501	33.169	19.542	510.398
Custos de emissão	-	1.471	-	-	-	1.471
Variação cambial (nota 27)	28.848	-	-	-	-	28.848
Baixas (pagamentos)	(1.118.355)	(1.590.715)	(56.606)	(622.474)	-	(3.388.150)
Saldo em 31.12.18	1.582.570	3.173.910	393.027	524.244	465.686	6.139.437

f) Captações e pagamentos

A seguir, apresentamos um resumo das captações e dos pagamentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31.12.18						31.12.17					
	Pagamentos			Pagamentos			Pagamentos			Pagamentos		
	Captações	Principal	Encargos	Total	Captações	Principal	Encargos	Total				
Empréstimos e financiamentos	-	(961.687)	(156.668)	(1.118.355)	55.876	(1.781.261)	(244.702)	(2.025.963)				
BNDES	-	(946.763)	(152.447)	(1.099.210)	15.998	(825.256)	(213.752)	(1.039.008)				
BNB	-	(14.924)	(4.221)	(19.145)	39.878	(11.808)	(4.073)	(15.881)				
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	-	-	-	-	-	(944.197)	(26.877)	(971.074)				
Debêntures	-	(1.324.723)	(265.992)	(1.590.715)	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	(2.513.937)				
4ª emissão - Série 3	-	-	(1.583)	(1.583)	-	-	(1.522)	(1.522)				
1ª emissão - Minas Comunica	-	(24.723)	(1.082)	(25.805)	-	-	-	-				
3ª emissão	-	-	-	-	(2.000.000)	(246.817)	-	(2.246.817)				
4ª emissão	-	(1.300.000)	(47.257)	(1.347.257)	-	-	(151.152)	(151.152)				
5ª emissão	-	(149.795)	(149.795)	(299.590)	-	-	(114.446)	(114.446)				
6ª emissão	-	-	(66.275)	(66.275)	1.000.000	-	-	933.725				
Fornecedores	506.397	(571.434)	(51.040)	(622.474)	571.444	(668.512)	(88.974)	(757.486)				
Arrendamento financeiro	18.672	(35.375)	(21.231)	(56.606)	13.462	(35.722)	(11.973)	(47.695)				
Total	525.069	(2.893.219)	(494.931)	(3.388.150)	3.640.782	(4,485,495)	(859,586)	(5,345,081)				

f.1) Em 2018

Debêntures

Em 8 de fevereiro e 8 de agosto de 2018 houve a liquidação de juros semestrais das debêntures da 5ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$149.795. Em 25 de abril de 2018 houve a liquidação integral das debêntures da 4ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$1.347.257.

Em 27 de maio e 27 de setembro de 2018 houve a liquidação de juros semestrais das debêntures da 6ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$66.275. Em 5 de julho de 2018 houve a amortização das debêntures da 1ª emissão (origem Telemig). O montante pago na liquidação totalizou R\$25.805, sendo que R\$53.012 correspondente à 1ª série, R\$8.285 à 2ª série e R\$14.508 à 3ª série.

Em 15 de outubro de 2018 houve a liquidação de juros anuais das debêntures da 4ª emissão - Série 3. O montante pago na liquidação totalizou R\$1.583.

f.2) Em 2017

Empréstimos e financiamentos

Banco do Nordeste ("BNB")

Em 12 de maio de 2017 foram realizados saques referentes ao contrato firmado em 18 de agosto de 2014 no montante total de R\$39.878. As taxas deste contrato são de 7,06% a.a. a 10,0% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamentos de juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

BNDES FINEM

Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,12% a.a.; (ii) 4% a.a.; (iii) Selic + 2,32% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Durante o ano de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

c.2) Reserva para expansão e modernização

Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (“AGO”).

c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos

A seguir, apresentamos a movimentação das reservas de lucro.

	Reserva legal (1)	Reserva para expansão e modernização (2)	Incentivos fiscais (3)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.907.905	550.000	17.069	2.474.974
Reversão de reservas	-	(550.000)	-	(550.000)
Constituição de reservas	230.439	297.000	10.815	538.254
Em 31 de dezembro de 2017	2.138.344	297.000	27.884	2.463.228
Reversão de reservas	-	(297.000)	-	(297.000)
Constituição de reservas	446.413	1.700.000	11.529	2.157.942
Em 31 de dezembro de 2018	2.584.757	1.700.000	39.413	4.324.170

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Dividendos complementares do exercício de 2017

Em 12 de abril de 2018, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2017, ainda não distribuídos, no montante de R\$2.191.864 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 11 de dezembro de 2018.

d.2) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2018 e 2017:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	8.928.258	4.608.790
(-) Apropriação à reserva legal	(446.413)	(230.439)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(11.529)	(10.815)
Lucro líquido ajustado	8.470.316	4.367.536
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(4.550.000)	(2.416.639)
(-) Juros sobre o capital próprio (bruto)	(4.550.000)	(2.416.639)
Saldo de lucro líquido não destinado	3.920.316	1.950.897
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	297.000	550.000
(-) Efeitos das adoções do CPC 47 e CPC 48, líquidos de tributos em 01.01.18	(138.663)	-
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	152.770	101.778
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos <i>superavitários</i> , líquidos de tributos	(62.739)	(113.811)
Lucro disponível para distribuição	4.168.684	2.488.864
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	1.700.000	297.000
Dividendos adicionais propostos:	2.468.684	2.191.864
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	2.171.684	1.641.864
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	297.000	550.000
Total	4.168.684	2.488.864
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	2.117.579	1.091.884

A proposta para a deliberação do exercício de 2018, apresentada acima, será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (“AGO”), a ser realizada no exercício de 2019.

A proposta para a deliberação do exercício de 2017, apresentada acima, foi submetida e aprovada na AGO, realizada em 12 de abril de 2018.

Total de dividendo proposto para deliberação - por ação

	2018	2017
Ações ordinárias	1,371013	1,217277
Ações preferenciais (1)	1,508114	1,339005

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

Exercício de 2018

Datas		Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)		
	Início do									
Aprovação	Crédito	Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
18/06/18	29/06/18	Até 31/12/19	126.479	273.521	400.000	107.507	232.493	340.000	0,18882303703	0,20770534073
05/09/18	17/09/18	Até 31/12/19	885.353	1.914.647	2.800.000	752.550	1.627.450	2.380.000	1,32176125923	1,45393738515
04/12/18	17/12/18	Até 31/12/19	426.867	923.133	1.350.000	362.837	784.663	1.147.500	0,63727774998	0,70100552498
Total			1.438.699	3.111.301	4.550.000	1.222.894	2.644.606	3.867.500		

Exercício de 2017

Datas		Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)		
	Início do									
Aprovação	Crédito	Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
13/02/17	24/02/17	21/08/18	56.916	123.084	180.000	48.379	104.621	153.000	0,08497033323	0,09346736655
20/03/17	31/03/17	21/08/18	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,16522009240	0,18174210164
19/06/17	30/06/17	21/08/18	30.039	64.961	95.000	25.533	55.217	80.750	0,04484545365	0,04932999901
18/09/17	29/09/17	21/08/18	96.440	208.560	305.000	81.974	177.276	259.250	0,14397756723	0,15837532395
14/12/17	26/12/17	21/08/18	470.072	1.016.567	1.486.639	399.561	864.082	1.263.643	0,70177917518	0,77195709270
Total			764.136	1.652.503	2.416.639	649.516	1.404.627	2.054.143		

(1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

(2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

d.3) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, Item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$152.770 e R\$101.778, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.16	(8.881)	3.549	16.793	11.461
Ganhos com conversão	-	-	11.239	11.239
Perdas com contratos futuros	-	(1.595)	-	(1.595)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	223	-	-	223
Saldos em 31.12.17	(8.658)	1.954	28.032	21.328
Ganhos com conversão	-	-	9.927	9.927
Perdas com contratos futuros	-	(1.618)	-	(1.618)
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(412)	-	-	(412)
Saldos em 31.12.18	(9.070)	336	37.959	29.225

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Nos exercícios de 2018 e 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou programas de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tiveram como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia, conforme a seguir:

- Em 2018, conforme reunião realizada em 7 de dezembro de 2018. A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2018. Este programa terá vigência até 6 de junho de 2020, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 583.422 ações ordinárias e 37.736.465 ações preferenciais.
- Em 2017, conforme reunião realizada em 9 de junho de 2017. A recompra foi efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 31 de março de 2017. Este programa teve vigência até 8 de dezembro de 2018, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição eram de 870.781 ações ordinárias e 41.510.761 ações preferenciais. No período de vigência do programa, a Companhia adquiriu 45 e 661 ações preferenciais de sua emissão a um preço médio unitário de R\$47,31 e R\$45,26, respectivamente em 1º de junho de 2017 e em 5 de julho de 2017, totalizando R\$32.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	8.928.258	4.608.790
Ordinárias	2.823.093	1.457.288
Preferenciais	6.105.165	3.151.502
Quantidade de ações, em milhares:	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R\$)	4,96	2,56
Ações preferenciais (R\$)	5,45	2,82

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

Reconhecimento de receitas de serviços e de mercadorias

Com a adoção da IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, a receita total passou a ser alocada a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro (“produto Solucionaria TI”), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final.

As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS, conforme o caso.

Programa de fidelidade

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos. Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes. A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta	59.574.756	61.886.869	65.794.397	66.243.174
Serviços (1)	55.445.244	58.630.355	61.292.362	62.696.433
Mercadorias (2)	4.129.512	3.256.514	4.502.035	3.546.741
Deduções da receita operacional bruta	(21.591.984)	(22.543.141)	(22.331.657)	(23.036.342)
Tributos	(13.826.853)	(15.575.815)	(14.559.915)	(16.058.584)
Serviços	(13.135.613)	(15.027.389)	(13.820.784)	(15.468.315)
Mercadorias	(691.240)	(548.426)	(739.131)	(590.269)
Descontos concedidos e devoluções	(7.765.131)	(6.967.326)	(7.771.742)	(6.977.758)
Serviços	(6.282.330)	(5.330.066)	(6.288.941)	(5.340.476)
Mercadorias	(1.482.801)	(1.637.260)	(1.482.801)	(1.637.282)
Receita operacional líquida	37.982.772	39.343.728	43.462.740	43.206.832
Serviços	36.027.301	38.272.900	41.182.637	41.887.642
Mercadorias	1.955.471	1.070.828	2.280.103	1.319.190

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards* acessórios e equipamentos do Produto Solucionaria TI.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contemplam os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 35 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora					
	2018		2017		Consolidado	
	Custo dos Serviços	Despesas com Mercadorias	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços	Despesas com Mercadorias
Pessoal (1)	(747.347)	(2.260.855)	(477.752)	(3.485.954)	(738.224)	(2.180.428)
Serviços de terceiros (2)	(5.891.333)	(6.728.780)	(1.266.755)	(13.88		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

	Balanco Patrimonial - Ativo					
	31.12.18			31.12.17		
Natureza da transação	Caixa e receber, de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Caixa e receber, de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos
Empresas Controladoras						
SP Telecomunicações Participações	d)/l)/y)	-	-	10.083	-	531
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	60.387	-	135.486
Telefônica	l)/z)	-	9.300	29.757	-	492
		-	9.300	100.227	-	1.023
Outras empresas do grupo						
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)/l)	-	1.334	520	-	1.210
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a)/d)/f)/l)/p)	-	903	4.051	-	1.017
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	20.877	-	-	22.315
Telefônica Venezuelana	k)	-	5.926	2.196	-	6.067
Telefônica Digital España	g)/l)	-	197	294	-	1.929
Telefônica Factoring do Brasil	a)/d)/l)/s)	-	6.360	133	-	12.337
Telefônica Global Technology	l)	-	-	-	-	13.600
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a)/d)/l)	-	800	986	-	271
Telefônica International Wholesale Services Espanha	j)/k)	-	46.537	-	-	69.087
Telefônica Serviços de Ensino	a)/p)	-	286	-	-	175
Telefônica Moviles Argentina	k)	-	5.074	-	-	7.194
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	-	7.576	-	-	8.918
Telefônica USA (1)	j)	-	9.005	-	-	7.157
Telxius Global BV	q)	46.755	-	-	9.523	-
Telxius Cable Brasil	a)/d)/l)/p)	-	11.628	5.295	-	28.981
Telxius Torres Brasil	d)/p)/x)	-	6.776	4.268	-	14.666
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	g)/h)	-	5.341	-	-	7.822
Outras	a)/d)/k)/g)/h)/l)/p)	-	10.894	2.806	-	10.852
		-	46.755	139.514	20.549	9.523
		-	46.755	148.814	120.776	201.021
Total			46.755	148.814	114.715	9.523
Ativo circulante			-	-	-	-
Ativo não circulante			-	-	-	-

	Balanco Patrimonial - Passivo				
	31.12.18		31.12.17		
Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	
Empresas Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	y)	-	21.901	6.656	15.000
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	86	-
Telefônica	l)/m)	687	1.393	1.205	99.950
		687	23.294	7.947	114.950
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	1.056	-	471	-
Fundação Telefônica	l)	-	82	-	137
Media Networks Latina America SAC	b)	10.212	-	4.248	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	f)	44.693	318	33.751	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	5.706	-	5.477	-
Telefônica Venezuelana	v)	5.410	-	5.240	-
Telefônica Compras Electrónicas	k)	32.582	-	24.311	-
Telefônica Digital España	o)	43.340	-	46.645	-
Telefônica Factoring do Brasil	l)/s)	-	2.770	-	146
Telefônica Global Technology	e)	28.750	-	15.671	-
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	c)/l)	52.184	27	15.336	27
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f)/k)	26.097	-	44.240	8
Telefônica Serviços de Ensino	r)	22.518	-	37.931	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	4.160	-	3.865	-
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	5.233	-	3.589	-
Telefônica USA (1)	q)	4.411	200	7.425	171
Telxius Cable Brasil	f)/l)	39.662	2.067	44.037	2.068
Telxius Torres Brasil	x)	38.735	1.926	37.718	7.757
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	1.766	-	907	-
Outras	k)/h)/l)/u)/w)/aa)	16.310	1.032	12.035	405
		383.512	31.716	350.844	125.987
		383.512	22.220	350.844	124.749
		-	4.966	-	1.238
Total					
Passivo circulante					
Passivo não circulante					

	Demonstração dos Resultados					
	2018			2017		
Natureza da transação	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas (receitas) operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas (receitas) operacionais	Resultado financeiro
Empresas Controladoras						
SP Telecomunicações Participações	d)	-	347	-	-	268
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	16.466	9.077	-	36.523
Telefônica	l)/m)	-	(373.690)	(16.680)	-	(331.684)
		-	(356.877)	(7.603)	-	(294.893)
Outras empresas do grupo						
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	250	(4.280)	(2.145)	349	(10)
Companhia AIX de Participações	a)/u)	75	(22.645)	-	36	(22.738)
Fundação Telefônica	t)	-	(12.223)	-	-	(11.395)
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a)/d)/f)/p)	2.006	(101.272)	-	601	(57.177)
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(34.791)	(1.007)	-	(33.133)
Telefônica Serviços de Ensino	a)/p)/r)	1.158	(49.130)	-	292	(54.781)
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	148	(1.975)	-	75	(1.409)
Telefônica Compras Electrónicas	v)	-	(34.534)	-	-	(29.062)
Telefônica Digital España	l)/o)	-	(124.537)	(813)	-	(81.893)
Telefônica Factoring do Brasil	a)/d)/l)/s)	2.416	212	2.601	69	828
Telefônica Global Technology	e)/l)	-	(36.738)	(4.134)	-	(36.395)
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a)/c)/d)/l)/p)	1.568	(54.210)	-	706	(40.918)
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f)/j)/k)	53.357	(64.036)	9.771	56.728	(49.960)
Telefônica Moviles Argentina	k)	5.916	(3.437)	-	3.746	6.147
Telefônica Moviles Del Chile	k)	1.293	(3.159)	39	1.586	(2.196)
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	(209)	(4.166)	-	1.048	(1.969)
Telefônica USA (1)	f)/j)	1.518	(19.441)	(539)	2.392	(13.202)
Telxius Cable Brasil	a)/d)/f)/l)/p)	49.777	(206.095)	(7.896)	15.045	(200.537)
Telxius Torres Brasil	d)/l)/p)/x)	3.218	(129.706)	-	-	(107.373)
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	-	(2.794)	1.450	-	1.072
Outras	a)/d)/f)/l)/k)/l)/n)/p)/w)	3.547	(23.957)	(283)	7.725	(27.213)
		126.038	(932.914)	(2.956)	90.398	(763.314)
		126.038	(1.289.791)	(10.559)	90.398	(1.058.207)
		-	-	-	-	3.784

(1) Os valores do Terra Networks Operations foram reclassificados em 2017 para melhor comparabilidade, em virtude de sua incorporação pela Telefônica USA., em 2018.

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R\$26.431 e R\$21.684, respectivamente. Destes montantes, R\$17.493 (R\$14.439 em 31 de dezembro de 2017) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$8.938 (R\$7.245 em 31 de dezembro de 2017) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES**a) Política contábil**

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados. O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

A Companhia e suas controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido e ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 7,3309 euros.

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritas a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R\$10.433 e R\$7.013 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2018, estão detalhados a seguir:

b.1) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estendendo até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

Nos ciclos deste programa (2014-2017/2015-2018) não houve o atingimento do TSR, sendo assim, não houve entrega de ações da Telefônica aos executivos da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de janeiro de 2018 e se estendendo até 31 de dezembro de 2020. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): tendo o direito potencial de receber 122.250 ações da Telefônica (inclui quantidades iniciais).

b.2) Plano Performance Share Plan ("PSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 113 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 977.737 ações da Telefônica SA.

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**a) Política contábil**

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTN's), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de contribuição complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do juro e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em dados de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telembrás
PAMA/PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telembrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks e TGLog
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISA0	Contribuição Definida (CD)/Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks e TGLog

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e Visão Prev.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custo de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTNs, LFTs, LTNs), operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar - "Visão Prev" e Fundação Sistel de Seguridade Social - "Sistel") procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica - Lei nº 9.656/98, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
	Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.585.679	726.060	3.311.739	2.703.593	667.993
Acervo adquirido por aquisição de sociedade	-	-	-	323	-	323
Benefícios pagos	(128.991)	(32.011)	(161.002)	(160.370)	(27.767)	(188.137)
Contribuições de participantes vertidas	451	-	451	220	-	220
Contribuições de patrocinador vertidas	1.949	33	1.982	2.195	31	2.226
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	245.014	70.690	315.704	283.090	71.061	354.151
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	295.567	(1.447)	294.120	(243.372)	14.742	(228.630)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.999.669	763.325	3.762.994	2.585.679	726.060	3.311.739

c.3.7) Movimentação do limitador de ativos

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
	Limitador dos ativos no início do exercício	791.177	130.440	921.617	993.754	164.953
Juros sobre o efeito limitador de ativos	77.246	12.966	90.212	107.140	17.898	125.038
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	188.259	(93.125)	95.134	(309.779)	(52.411)	(362.190)
Efeito gerado por aquisição de sociedade	-	-	-	62	-	62
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.056.682	50.281	1.106.963	791.177	130.440	921.617

c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2019

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.076	16.178	19.254
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	5.762	56.551	62.313
Total	8.838	72.729	81.567

c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2019

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	2.221	8.114	10.335
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	35	11.559	11.594
Total	2.256	19.673	21.929

c.3.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
No exercício de 2018	7,8 anos	16,5 anos	
No exercício de 2017	8,5 anos	18,7 anos	

c.3.11) Premissas atuariais

	31.12.18	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,0% PBS-A e CTB: 9,1% Telefônica BD: 9,2% PBS-A: N/A	9,3%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão, CTB e Telefônica BD: 5,7%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,1%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,0%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Visão: N/A Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Visão: Light-Fraca, suavizada em 30% PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A	Light-Forte PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

	31.12.17	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,5% PBS-A e CTB: 9,8% Telefônica BD e Tcoprev: 9,9% PBS-A: N/A	9,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 5,9%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,4%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,3%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão e Tcoprev: 60 anos	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	Visão: N/A Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Visão: Light-Fraca, suavizada em 30% PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: N/A	Light-Forte PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2018 e 2017 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,3%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Como o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	1.982.085	1.194.355	3.176.440
Varição observada pela alteração das premissas atuariais	29.270	118.802	148.072

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.934.817	1.219.080	3.153.897
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.093.908	1.419.123	3.513.031

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.011.355	1.535.641	3.546.996
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.011.355	1.135.030	3.146.385

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.18		31.12.17		Descrição
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:					
Investimentos em renda fixa					
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	2.437.547	702.946	1.998.931	670.516	Contratos de <i>swaps</i>
Letras Financeiras	177.319	-	199.135	55.544	Ponta Ativa
Operações Compromissadas	196.830	-	142.228	-	Moeda estrangeira
Debêntures	13.487	-	13.209	-	US\$ (1) (2)
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.556	60.379	4.567	-	EUR (2)
Cotas FIDC/Outros	2.356	-	3.694	-	LIBOR US\$ (1)
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	462	-	2.165	-	Taxa pós
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	232	-	1.317	-	CDI (1) (2)
Investimentos em renda variável					TJLP (4)
Investimentos no setor de energia	138	-	57.781	-	Índices de inflação
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	17.921	-	32.337	-	IPCA (3) (5)
Investimentos no setor de mineração	287	-	1.197	-	IGPM (6)
Investimentos em diversos setores da economia (1)	5.822	-	7.124	-	Ponta Passiva
Investimentos em imóveis					Taxa pós
Empréstimos a participantes	111.417	-	96.525	-	CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)
Investimentos estruturados e no exterior	19.312	-	18.346	-	Moeda estrangeira
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:					US\$ (2)
Empréstimos a participantes	1.249	-	1.590	-	EUR (1) (2)
Investimentos estruturados	1.991	-	1.780	-	LIBOR US\$ (1)
Total	2.999.669	763.325	2.585.679	726.060	

(1) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo; gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a IFRS 9, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

a.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

a.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, contraaprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

a.4) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinam classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

a.5) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.6) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A IFRS 9 introduziu um novo modelo de registro contábil para *hedge*, menos restritivo, que alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco exigindo um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que o aplicado ao gerenciamento de risco. Com esse novo modelo, os critérios de documentação para relacionamentos de *hedge* são modificados e melhorias são incluídas nas divulgações sobre as atividades de *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular exclui da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nossa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficiência em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.449 (R\$1.289 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado positivo e negativo consolidado (líquido) de R\$10.788 e R\$41.985, respectivamente (nota 27).

c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2018.

Operação	Consolidado			
	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
<i>Hedge</i> (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(69.218)	(86.522)	(103.827)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(20.747)	(25.934)	(31.121)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	88.749	110.936	133.123
	Exposição Líquida	(1.216)	(1.520)	(1.824)
<i>Hedge</i> (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(234.813)	(293.516)	(352.219)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(112.981)	(141.227)	(169.472)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	352.866	441.082	529.299
	Exposição Líquida	5.072	6.339	7.608
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	273.712	254.731	238.133
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(353.905)	(334.924)	(318.326)
	Exposição Líquida	(80.193)	(80.193)	(80.193)
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	98.576	98.396	98.217
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(96.614)	(96.644)	(96.471)
	Exposição Líquida	1.962	1.752	1.746
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	152.558	151.975	151.402
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(937.998)	(937.390)	(936.792)
	Exposição Líquida	(785.440)	(785.415)	(785.390)
<i>Hedge</i> (ponta CDI)	Derivativos (Risco queda CDI)	(125.631)	(125.695)	(125.754)
<i>Hedge</i> US\$ e EUR (ponta ativa)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(273.712)	(254.731)	(238.133)
<i>Hedge</i> IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(98.576)	(98.396)	(98.217)
<i>Hedge</i> UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(152.558)	(151.975)	(151.402)
<i>Hedge</i> TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(650.477)	(630.797)	(613.506)
	Exposição líquida	(1.510.292)	(1.489.834)	(1.471.559)
			20.458	38.733

Exposição líquida total em cada cenário**Efeito líquido na variação do valor justo atual**

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	3,8748	4,8435	5,8122
EUR	4,4370	5,5463	6,6556
IPCA	3,69%	4,62%	5,54%
IGPM	7,54%	9,42%	11,31%
IGP-DI	7,12%	8,91%	10,69%
UMBND	0,0756	0,0946	0,1135
URTJLP	0,0656	0,0820	0,0984
CDI	6,42%	8,03%	9,63%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2018, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia ou suas controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

e) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Os quadros a seguir apresentam a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, considerando as premissas decorrentes da adoção da IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 (nota 2).

Ativos Financeiros	Controladora					
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo		Valor justo		
		31.12.18	Saldo contábil 31.12.17	31.12.18	31.12.17	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	3.275.300	3.681.173	3.275.300	3.681.173	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	8.246.991	8.413.403	8.246.991	8.413.403	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	- 2.480	-	2.480	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.065	85.163	69.065	85.163
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	76.717	81.472	76.717	81.472	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	426.252	167.682	426.252	167.682	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	26.468	76.762	26.468	76.762
		12.120.793	12.508.135	12.120.793	12.508.135	
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	7.746.133	8.560.844	7.746.133	8.560.844	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado	1.076.451	1.316.034	1.135.732	1.463.609	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	263.754	304.921	263.754	304.921
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	82.840	1.412.174	237.144	1.532.427	
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.121	312	41.121	312
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	15.936	4.372	15.936	4.372
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	222	735	222	735
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado	817.908	1.353.582	796.481	1.291.974	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	341.728	520.421	341.728	520.421
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	465.686	446.144	465.686	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	3.049.949	3.068.243	2.866.981	2.866.372	
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	40.010	-	40.010
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	22.845	15.412	22.845	15.412
		13.924.573	17.043.204	13.933.763	17.047.553	
Total de passivos financeiros						

Ativos Financeiros	Consolidado					
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo		Valor justo		
		31.12.18	Saldo contábil 31.12.17	31.12.18	31.12.17	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	3.381.328	4.050.338	3.381.328	4.050.338	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	8.304.382	8.588.466	8.304.382	8.588.466	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	- 2.480	-	2.480	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.065	85.163	69.065	85.163
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	76.934	81.486	76.934	81.486	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	426.252	273.888	426.252	273.888	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	26.468	76.762	26.468	76.762
		12.284.429	13.158.583	12.284.429	13.158.583	
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	7.642.782	7.447.100	7.642.782	7.447.100	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado	1.076.451	1.316.034	1.135.732	1.463.609	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	263.754	304.921	263.754	304.921
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	82.840	1.412.174	237.144	1.532.427	
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.121	312	41.121	312
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	16.316	4.504	16.316	4.504
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	222	735	222	735
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado	817.908	1.353.582	796.481	1.291.974	
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	341.728	520.421	341.728	520.421
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	465.686	446.144	465.686	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	3.049.949	3.068.243	2.866.981	2.866.372	
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	40.010	-	40.010
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	22.845	15.412	22.845	15.412
		13.821.602	15.929.592	13.830.792	15.933.941	
Total de passivos financeiros						

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia incluí na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Caixa e equivalentes de caixa	3.381.328	4.050.338
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(6.139.437)	(8.461.841)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	56.150	143.754
Aplicações financeiras em garantia à dívida	12.473	11.722
Ativo garantidor da contraprestação contingente	465.686	446.144
Endividamento líquido	2.223.800	3.809.883
Patrimônio líquido	71.607.027	69.461.358
Índice de endividamento líquido	3,11%	5,48%

g) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contradas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

g.1) Risco de taxa de câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, 1,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (2,7% em 31 de dezembro de 2017). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$96.615 e R\$225.254 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$61.909 mil e €15.624 mil a receber em 31 de dezembro de 2018 e US\$16.953 mil e €17.535 mil a receber em 31 de dezembro de 2017) para minimizar seus riscos cambiais.

g.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. No primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,5%. A partir do segundo trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0% até o final do ano. No primeiro trimestre de 2018, a TJLP era de 6,75%, 6,60% no segundo trimestre de 2018, 6,56% no terceiro trimestre de 2018 e 6,98% no quarto trimestre de 2018.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão - Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.175.730 e R\$3.932.539 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

g.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, que incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.



DIRETORIA

Christian Mauad Gebara
Diretor Presidente

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos César Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Flavio Stamm
Conselheiro Fiscal (efetivo)

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.
Creemônio Medola Netto
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen
Conselheiro Fiscal (efetivo)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e determinam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Eduardo Navarro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Antonio Carlos Valente da Silva
Conselheiro de Administração

Luiz Fernando Furlan
Conselheiro de Administração

Sonia Julia Sultzbeck Villalobos
Conselheira de Administração

Julio Esteban Linares Lopez
Conselheiro de Administração

José Maria Del Rey Osorio
Conselheiro de Administração

Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro de Administração

Roberto Oliveira de Lima
Conselheiro de Administração

Antonio Gonçalves de Oliveira
Conselheiro de Administração

Luis Miguel Gilpérez Lopez
Conselheiro de Administração

Christian Mauad Gebara
Conselheiro de Administração

Narcis Serra Serra
Conselheiro de Administração

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

José María Del Rey Osorio
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.
Antonio Gonçalves de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Narcis Serra Serra
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e do Consolidado não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquele do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA relacionado ao ganho decorrente de reconhecimento de impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, por se referir a um evento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para contingências tributárias e regulatórias</p> <p>De acordo com a Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R\$38.055.025 mil e de R\$7.141.352 mil, respectivamente, dos quais R\$1.951.897 mil e R\$ 1.022.216 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração e com base na posição de seus assessores jurídicos.</p> <p>Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi considerada como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <p>(a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação e registro/divulgação de contingências.</p> <p>(b) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda.</p> <p>(c) Para processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas, obtenção de segunda opinião, por meio da administração, da avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa.</p> <p>(d) Nos reunimos com a administração para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.</p> <p>(e) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Reconhecimento de ‘receita não faturada’</p> <p>Conforme a Nota 24 às demonstrações financeiras, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente significativo, tendo em vista que envolve sistemas complexos de faturamento, com processamento de grandes volumes de dados e diferentes portfólios de produtos com variações de preços a partir dos diferentes planos e ações de marketing. Adicionalmente, neste contexto, as receitas são reconhecidas mensalmente, quando há ingresso de benefícios econômicos, existindo a parcela faturada e a parcela não faturada, decorrentes dos serviços prestados entre a data de faturamento e o final do mês, sendo identificadas, processadas e reconhecidas dentro do mês em que o serviço foi prestado. Assim, as “receitas não faturadas” – registradas contabilmente no mês em que os serviços foram prestados – são estornadas no mês seguinte quando do efetivo faturamento e um novo cálculo para a mensuração das “receitas não faturadas” relativas à prestação de serviço daquele mês corrente é efetuado, e assim sucessivamente ao longo do exercício. Eventual deficiência nos controles internos que possa acarretar inconsistência no cálculo dessa estimativa, pode impactar de forma relevante às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, sendo considerada, dessa forma, área de foco de nossa auditoria</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>(a) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (“TI”).</p> <p>(b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços, por meio de amostragem não estatística.</p> <p>(c) Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia e suas controladas para determinação da receita realizada ainda não faturada no final do exercício.</p> <p>(d) Recálculo da estimativa da receita realizada e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento.</p> <p>(e) Adequação das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>

Ambiente de controles internos e de tecnologia da informação

A Companhia atua na exploração de serviços de telecomunicações e desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, com prestação de serviços de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”, comunicação de dados, inclusive internet em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) TV por assinatura (serviço de acesso condicionado (“SEAC”)) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”). Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente da sua estrutura de Tecnologia da Informação, com processamento de um grande volume de transações decorrentes de suas operações. A estrutura de Tecnologia da Informação da Companhia, devido ao seu histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia, com processos distintos e controles segregados, e requerem um robusto sistema de controles internos, capaz de permitir à sua administração pleno monitoramento das operações diárias, incluindo o acompanhamento e compilação de informações quantitativas físicas, financeiras e fiscais decorrentes dos serviços prestados. Essa área foi foco de nossa auditoria porque observamos a existência de diversos controles manuais e automatizados em operação, grande volume de acesso aos sistemas e determinação de segregação de função de forma descentralizada. A avaliação da efetividade dos processos e controles é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção do conforto necessário, uma vez que controles e/ou processos podem, eventualmente, ocasionar comprometimento incorreto de informações e, conseqüentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado

Conforme Notas 8, 26 e 27 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$6.312.680 mil, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 2018, a favor da Companhia e de sua controlada Telefônica Data S.A. Os referidos processos judiciais reconheceram o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações. A partir de agosto de 2018, a Companhia iniciou a compensação dos referidos créditos tributários. Em outubro de 2018, a Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei nº 13.670/18, iniciou processo de fiscalização com o objetivo de homologar os referidos créditos, vedando desta forma a compensação dos créditos, até que este processo de fiscalização seja concluído. A administração da Companhia vem tomando as ações necessárias, incluindo medidas jurídicas, de forma a garantir a continuidade da compensação dos créditos.

A Companhia tem outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da sua complexidade, da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico em relação ao momento do reconhecimento dos créditos tributários e sua correspondente classificação nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de Tecnologia da Informação, atualizamos nosso entendimento e avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados e manuais dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes e, quando necessário, testes de controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras.

Também efetuamos teste dos lançamentos contábeis, manuais e automatizados, utilizando amostra definida a partir de critérios específicos relacionados ao risco de transgressão de controles.

Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que o ambiente de controles de TI mantido pela Companhia e suas controladas, proporciona uma base razoável no processamento das informações contábeis e financeiras consideradas na preparação das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Com a ajuda de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura das decisões e avaliamos e discutimos com a administração, as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentada também em opiniões de especialistas renomados e independentes, para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor.
- Obtivemos e auditamos os cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de revisão e aprovação da mensuração do ativo.
- Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as parcelas de curto e longo prazo.
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração da Companhia, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.